REVISTA INOVAÇÃO

EM GESTÃO PÚBLICA | PR

v. 10
DEZEMBRO 2018

ISSN 2526-1649

ÍNDICE

© Freepik

HISTÓRIA DE VIDA

05 Servidores do Estado do Paraná têm experiências marcantes em suas vidas pessoais

ESPECIAL

06 Plano para ações estratégicas na PGE

NA PRÁTICA

09 Presos produzem contos de Natal

46 Soluções para serviços rápidos

ENFOQUE ACADÊMICO

10 Uso pedagógico do celular

12 Cinema aplicado à educação

14 A arte de fazer cultura

16 Dalton Trevisan no combate à violência

18 Acesso ao misterioso Dossiê-Histórico Funciona

COM A PALAVRA

20 Leis das Estatais no foco

MUNICÍPIO EM FOCO

40 Vale do Pinhão

BOAS PRÁTICAS

22 Cheguei na Hora

24 Adeus às filas

26 Ciclo patrulhamento

28 Legislação previdenciária na mão

30 Ensinando saúde pelo teatro

32 Consultoria agrega valor ao controle patrimonial no TJ

34 Agora é lei no Paraná

36 Paraná no Desafio Mundial de Resgate

38 Tecnologias transformadoras

DESTAQUE

42 Atualização cadastral de imóveis

44 Voando com a Phoenix

Tecnologia cidadã

A criatividade dos servidores públicos na busca de solução para dificuldades ou para propor projetos em benefício da sociedade tem sido estimulada cada dia mais, em grande parte pelos avanços tecnológicos. Nesta 7.ª edição da Revista Inovação em Gestão Pública/PR, isso é observado em alguns aplicativos desenvolvidos por servidores.

No Núcleo de Educação de Wenceslau Bráz, o ponto eletrônico pode ser marcado pelo celular. Pelo aparelho, os cidadãos também têm acesso à legislação referente ao consumidor, em iniciativa da Assembleia Legislativa. Reportagem mostra, ainda, que o celular é utilizado como ferramenta pedagógica. Servidor da Celepar também desenvolveu plataforma que reduz a minutos eventos que levariam até 8 horas para serem concluídos.

Há várias contribuições tecnológicas para a melhoria do serviço público. Entre elas, no controle de estoque de medicamentos de alto custo, na compilação da legislação previdenciária, no uso de ferramenta de ponta para auxílio de auditores fiscais e na atualização cadastral dos imóveis do Estado. A administração patrimonial também é objeto da atenção do Controle Interno do Tribunal de Justiça.

Curitiba acaba de ganhar o título de cidade mais inteligente e conectada do País e muito deve à Agência Curitiba de Desenvolvimento, cujas atividades estão descritas nesta edição. Bastante procurado por professores, o Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) possibilita colocar em prática projetos que enobrecem o ensino e aperfeiçoam os mestres. Alguns deles estão nesta revista.

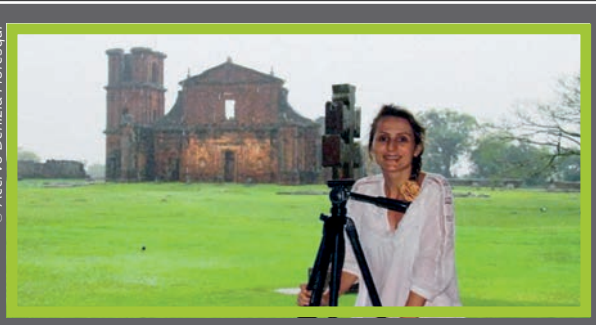
A 7.ª edição apresenta também as ações estratégicas que norteiam o trabalho da Procuradoria-Geral do Estado e mostra que o Paraná é destaque internacional quando se trata de resgate em trauma. Além de apresentar o trabalho de servidores que usam a representação teatral para levar informações de saúde à população, dos que atuam na recuperação de presos e dos que se valem de bicicletas para garantir mais segurança.

Boa leitura!

“A criatividade dos servidores públicos na busca de solução para dificuldades ou para propor projetos em benefício da sociedade tem sido estimulada cada dia mais, em grande parte pelos avanços tecnológicos.”

HISTÓRIA DE VIDA

Servidores do Estado do Paraná têm experiências marcantes em suas vidas pessoais. Esta seção apresenta mais duas dessas histórias



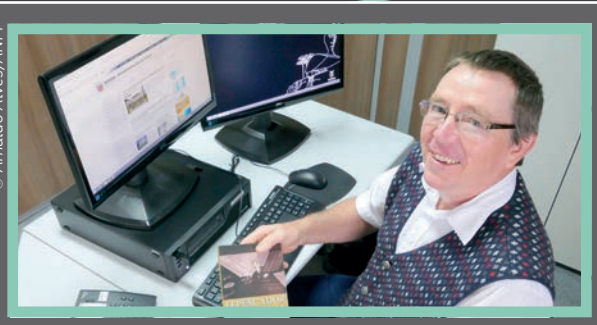
© Acervo Denízia Moresqui

Uma cidade em texto e imagem

Itambé é um pequeno município no norte do Paraná, com cerca de 6 mil habitantes. Mas tem se tornado grande com o trabalho de divulgação promovido pela professora da Rede Estadual de Ensino Denízia Moresqui. Nos horários de folga, ela se agarra aos equipamentos de filmagem. Seus documentários já chegaram a vários olhos e ouvidos, sobretudo de crianças.

Formada em Letras, ela adentrou na área literária escrevendo o conto *A galinha ou eu*, que retrata episódio de sua infância. O texto ficou entre os 40 melhores em um projeto nacional e virou curta-metragem. Como prêmio ganhou um curso de cinema no Rio de Janeiro. Foi amor à primeira vista. Com uma câmera ela retratou a história de Itambé em documentário de três partes.

Denízia é eclética quando se trata de arte. Faz desenho, pintura, fotografia, cinema e, na escola, trabalha com grupo de teatro. "Já estou com planos de também trabalhar o cinema com os alunos", diz. Além, é claro, de redigir contos e crônicas que antes povoavam as redes sociais e agora estão alojados em seu blog *deniziamoresqui.blogspot.com.br*. "São relatos de memórias", avisa.



© Arnaldo Alves/ANPr

Pescador de letras

O procurador do Estado do Paraná Hermínio Back trafega com segurança pelo caminho das letras. Antes de se dedicar ao Direito e à carreira no Estado, esteve ligado ao Jornalismo, profissão pela qual guarda paixão. Mas nunca deixou de praticar a grande vocação: escrever. "Eu não me considero um escritor, eu apenas gosto de escrever", afirma.

O primeiro romance – *O Menestrel* – deixou-o muito entusiasmado aos 18 anos de idade. Talvez um pouco frustrado por não o ver publicado. O que aconteceu com *O Pescador de Pérolas*, lançado em 2004 pela editora Alta Books. Uma história policial ambientada na Curitiba dos anos 70, com edição esgotada.

Se pudesse, Back preferiria ganhar a vida com seus escritos. "Mas no Brasil é muito difícil", lamenta. Por isso, pratica a atividade nos horários em que o exercício do cargo de procurador do Estado permite. Ele passeia por diversos estilos literários. Além do romance, conto e crônicas, que já venceram concursos e foram apresentados a centenas de leitores, tem poesias e três peças de teatro.

A história de cada servidor público é importante. Merece ser compartilhada. É realização pessoal e pode servir de motivação para outros. Entre em contato pelo e-mail *imprensa-seap@seap.pr.gov.br*.
Leia na íntegra essas e outras histórias no Portal do Servidor.

© Arnaldo Alves/ANPr

Plano para ações estratégicas na PGE

Iniciativas auxiliam na tomada de decisão, na agilização dos processos e na resposta rápida à sociedade

A busca pela inovação na gestão é uma das ferramentas utilizadas pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE-PR) para garantir mais qualidade, eficiência e transparência em seus serviços. Para tanto, desde 2015, colocou em prática metas estabelecidas em seu Plano Estratégico, tais como a criação de setores gerenciais, uniformização da jurisprudência administrativa e das manifestações jurídicas, além de iniciativas para agilizar questões judiciais.

As medidas foram necessárias devido ao crescente volume de processos judiciais, à ausência de reposição no número de procuradores do Estado e à inexistência da carreira de assessoria técnica. "Um Planejamento Estratégico sólido estabelece os nortes para a atuação do Gabinete da PGE, não importando quem dele faça parte. Além disso, o plano mostra que a instituição sabe aonde quer chegar e qual caminho a percorrer", diz o procurador-geral Sandro Marcelo Kozikoski.

O Estado já colhe bons resultados, por exemplo, com a criação de Coordenadorias responsáveis pela atividade estratégica e gerencial das unidades da Procuradoria-Geral. Hoje, existem sete Coordenadorias: Assuntos Fiscais (CAF); Consultiva (CCON); Gestão Estratégica e TI (CGTI); Estudos Jurídicos (CEJ); Recursos e Ações Rescisórias (CRR); Judicial (CJUD); e Passivo (COPAS).

As últimas Coordenadorias criadas foram a CJUD e a COPAS.

A primeira tem a finalidade de uniformizar os procedimentos setoriais administrativo e jurídico, fortalecendo a comunicação entre as diversas Procuradorias Especializadas. A COPAS, por sua vez, torna mais efetivo o controle sobre o passivo judicial do Estado do Paraná, além da atribuição de coordenar, acompanhar e supervisionar as execuções judiciais, especialmente no tocante ao cumprimento de julgados, com orientação e padronização de procedimentos de atuação processual. Grande parte das discussões em execuções judiciais gira em torno dos índices e termos iniciais de juros e correção monetária. Com a Coordenadoria é possível uniformizar a atuação da PGE, reduzindo tempo de tramitação dos processos e os custos para o Estado do Paraná.

GRUPOS DE TRABALHO

Fruto do planejamento, foram criados 10 Grupos Permanentes de Trabalho para auxiliar o procurador-geral na tomada de decisão diante de questões jurídicas capazes de afetar a estrutura do Estado. Eles abrangem vários setores: Parcerias Público-Privadas (PPP); Análise e Proposição Legislativa; Mediação, Conciliação e Arbitragem; Direito Ambiental; Orçamento e Finanças; Empresas Estatais; Licitações e Contratos Administrativos; Domínio Público; Servidores Públicos; e Direitos Humanos.

Os procuradores designados atuam sem prejuízo de suas atribuições ordinárias, e os grupos podem emitir pareceres ou informações e realizar estudos sobre dúvidas jurídicas ou temas submetidos pelo Gabinete da Procuradoria-Geral do Estado. A atuação dos grupos auxilia a PGE a cumprir sua missão constitucional de uniformizar a jurisprudência administrativa do Estado.

Outra medida importante foi a revisão do Regulamento da PGE, que admitiu a possibilidade de os procuradores solicitarem desistência de recursos ou de ação, com vistas à pacificação social. "A partir de uma análise preliminar, as Coordenadorias e Procuradorias Especializadas poderão propor ao procurador-geral do Estado, com embasamento técnico, a edição de autorização genérica ou específica para desistência de ação, dispensa de ajuizamento e abstenção de apresentação de defesa ou recurso", explica o procurador-geral, Sandro Kozikoski.

> "O plano mostra que a instituição sabe aonde quer chegar e qual caminho a percorrer."

Para facilitar as ações no campo jurídico, a PGE criou os enunciados do procurador-geral, as orientações administrativas e as minutas padronizadas. Os enunciados permitem unificar entendimentos jurídicos até então controvertidos, evitando que o procurador do Estado continue atuando em casos nos quais não há chance de êxito. As orientações administrativas cumprem papel de pacificar a jurisprudência administrativa do Estado e, efetivamente, orientar a atuação da administração pública. A título de exemplo, a Orientação Administrativa n.º 26-PGE estabelece como a admi-

MASSIFICAÇÃO DE PROCESSOS

Apesar de inúmeras medidas para melhorar a gestão, a Procuradoria-Geral tem sentido os efeitos do processo eletrônico e da ampliação do acesso à Justiça por meio dos Juizados Especiais, em que muitas vezes não há pagamento de custas processuais ou necessidade de contratação de advogado para ajuizamento de uma ação judicial.
Segundo o diretor-geral da PGE, Bráulio Cesco Fleury, "esses dois movimentos conjugados provocaram uma massificação de processos que tem sobrecarregado os procuradores da instituição". Para ele, "enquanto o Poder Judiciário conta com um aparato de assessores e técnicos que dão suporte à atuação dos juízes, a Procuradoria não conta com a estrutura de apoio necessária para fazer frente à demanda de processos".
Em razão do volume crescente de ações judiciais e da ausência de contratação de procuradores em número suficiente para atender essa demanda ou da existência de corpo de assessoria, o maior investimento recente tem sido na área de Gestão Estratégica e Tecnologia da Informação. E o diretor-geral conclui: "A adoção de mecanismos alternativos tem permitido à PGE continuar prestando seus serviços ao Estado do Paraná com o mesmo nível de excelência que sempre atuou".

© Arnaldo Alves/ANPr

nistração deve proceder no caso de nomeação de aprovados em concurso público, dentro e fora das vagas previstas em edital. Já a Orientação Administrativa n.º 27-PGE fixou entendimento de que a atualização dos valores para dispensa em modalidades de licitação, previstas no Decreto Federal n.º 9412/2018, é aplicável à administração pública estadual. Por fim, as minutas definem padrões de editais de licitações, termos de convênio e contratos que, por isso, não precisam mais ser analisados individualmente pela Procuradoria, o que facilita e agiliza a atuação da administração pública nessas áreas.

ACORDOS COLETIVOS

A PGE passou a propor também medidas judiciais para o combate à evasão e à sonegação fiscal. Nesse sentido, foi criado o Grupo Estratégico de Recuperação de Ativos Relevantes (GERA), pelo Decreto n.° 7435/2017, que representa a união de esforços entre PGE, Secretaria de Estado da Fazenda e Coordenação da Receita do Estado em busca da efetividade na recuperação de ativos relevantes.

O primeiro trabalho do GERA resultou no reconhecimento de um conjunto de empresas como grupo econômico e o consequente bloqueio judicial de R$ 123 milhões em ativos. Esse grupo encerrava empresas com dívidas ativas milionárias de ICMS, seja através de inclusão de sócios-laranjas, seja com o fechamento delas, dando continuidade aos negócios por meio de novas empresas.

Um dos destaques nas novas ações da PGE foram as mudanças promovidas pela Procuradoria de Ações Coletivas (PAC). Foi criado um modo alternativo de quitação de débitos judiciais do Estado do Paraná. Como resultado, de agosto de 2016 até agora, foram realizados quatro acordos para o pagamento de R$ 80 milhões, relativos a 9.530 processos, envolvendo 5.691 servidores. Houve também extinção sem pagamento de 570 execuções indevidas e 20 execuções prescritas.

Antes da existência da metodologia criada pela PAC, da Lei n.º 18664/2015 e do Decreto n.º 3878/2016, havia demora no pagamento dos servidores contemplados com decisões favoráveis na Justiça por meio da Requisição de Pequeno Valor (RPV), o que gerava custos ao Estado. Hoje, é possível parcelar o montante a ser pago e o dinheiro cai na folha de pagamento do servidor.

A prática passou a evitar atos processuais repetitivos, o que resulta, por exemplo, na expedição de uma única ordem de pagamento das custas processuais para todos os casos individuais incluídos no mesmo acordo. Houve redução de processos judiciais em trâmite e no tempo de tramitação. Com isso, o Estado passou a planejar as despesas relacionadas aos acordos, gerando uma economia de cerca de R$ 50 milhões, sendo a maior parte advinda de juros, correção monetária, custas processuais e honorários.

PROCESSO DIGITAL

O tempo médio de tramitação de expedientes administrativos na Procuradoria-Geral do Estado reduziu-se de 149 para 10 dias após a adoção do e-Protocolo Digital. O processo começou em 31 de agosto, mas ainda havia a possibilidade de alguns documentos serem protocolados na forma física. A partir de novembro, todos os procedimentos seguem apenas o trâmite virtual.

Para a implantação, os servidores passaram por um período de capacitação, com três reuniões no auditório em Curitiba, além de 16 treinamentos a distância e 15 treinamentos setoriais na Capital.

O novo método de tramitação de processos possibilita economia, mais agilidade e segurança. Os cidadãos podem protocolar os documentos por meio de um formulário disponível no site da Procuradoria-Geral do Estado.

PRESOS PRODUZEM **CONTOS DE NATAL**

Textos resgatam sentido da festa, melhoram autoestima e controlam o ócio prisional

Um projeto que envolve várias secretarias e departamentos do Poder Executivo do Estado do Paraná, além de entidades privadas, possibilita que presos exercitem a criatividade literária. Implantado como parte do Programa Remição de Pena pela Leitura, ele produziu o primeiro livreto sob o título Contos de Natal.

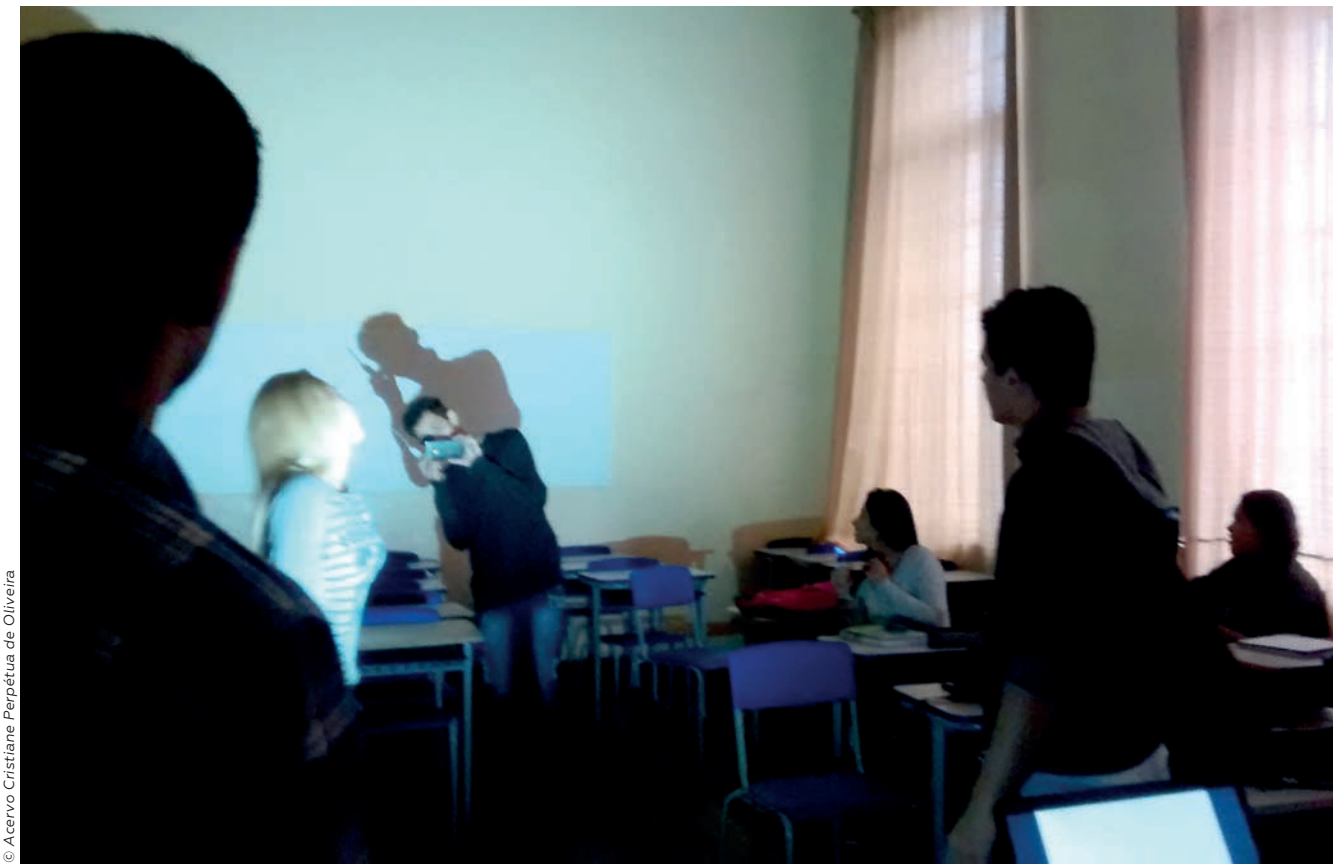
"Uma das intenções foi resgatar o verdadeiro sentido do Natal", diz a coordenadora do Remição de Pena pela Leitura, Agda Cristina Ultchak *(foto)*. Trouxe como aditivo a melhoria na autoestima, o controle do ócio e a possibilidade de receber visita de até cinco parentes.

Destinado a todos os participantes dos programas educacionais oferecidos nas penitenciárias, o concurso literário recebeu 610 textos. Apenas 10 deveriam ser escolhidos para publicação, mas a qualidade dos trabalhos obrigou a aumentar para 12.

© Divulgação

Saiba mais sobre a iniciativa
[Produção: equipe de TV e vídeo da Agência Estadual de Notícias]

Acesse bit.ly/2zejHNc ou leia o QRCode ao lado.



© Acervo Cristiane Perpétua de Oliveira

Exercício da criatividade docente incentiva alunos a se envolverem com os conteúdos da aprendizagem

Uso pedagógico do *celular*

Passou o tempo em que o uso do celular em sala de aula era motivo de controvérsia. Hoje, esse aparelhinho, que acompanha os jovens onde quer que estejam, começa a alcançar o status de ferramenta pedagógica, a partir de ações criativas e bem orientadas. É o caso da boa prática proposta pela professora Cristiane Perpétua de Oliveira, de Paranaguá.

O projeto foi implementado no Curso de Formação de Docentes do Instituto Estadual de Educação Dr. Caetano Munhoz da Rocha, da cidade litorânea, no período de fevereiro a outubro de 2017. A ideia era identificar o potencial pedagógico dos celulares como apoio ao ensino e à aprendizagem, orientando os professores a incentivar ações que envolvessem os alunos nessa proposta.

"A implementação do projeto viabilizou reflexões sobre o uso do aparelho, tanto para os estudantes quanto para os colegas professores", destaca Cristiane. Para ela, o exercí-

cio da criatividade docente contagia e influencia os alunos, viabilizando experiências e dando-lhes base para superar desafios na prática.

LINGUAGEM AUDIOVISUAL

Na sequência, a partir da iniciativa da professora, foram feitas atividades de "alfabetização audiovisual" para o uso da câmera do aparelho, que culminou em dois vídeos criados pelos estudantes. "Esse projeto convidou os alunos a contarem histórias por meio de vídeos. Para tanto, eles precisaram se apropriar de alguns conceitos básicos sobre a linguagem peculiar do audiovisual", observa a professora.

O suporte foi garantido pelo técnico pedagógico do Núcleo Regional de Educação (NRE) de Paranaguá, Adriano Barrozo Mendes, por meio de uma oficina na qual trabalhou conteúdos relacionados à história do cinema como sétima arte, fotografia e técnicas referentes à angulação, enquadramento e *chroma key*, entre outros.

Cristiane relata que, com os celulares, propôs um trabalho de produção autoral criativa, destacando o aluno como protagonista de seu próprio aprendizado. "Sem dúvida, essa experiência não somente mudou a forma com a qual eles contavam uma história como também mudou a maneira com a qual eles assistiam a ela. Com o olhar sensível à narrativa da edição, passaram a compreender como as mensagens podem ser transformadas. E alguns alunos afirmaram ter se envolvido muito mais com o conteúdo depois disso", conta Cristiane.

O primeiro vídeo produzido teve como tema "A Prevenção ao Uso de Drogas". Foi laureado com o quinto lugar no 1.º Concurso de Produção de Material Audiovisual, promovido pelo Departamento Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas, da Secretaria de Estado da Segurança Pública, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação.

No mesmo concurso, a professora inscreveu um trabalho aplicado no Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos (CEEBJA), que obteve a sétima colocação e foi selecionado também para apresentação em um Seminário de Educação de Jovens e Adultos, que aconteceu de 10 a 14 de setembro deste ano, em Foz do Iguaçu. "A comunicação do trabalho empolgou os professores presentes e houve registro da prática pela TV Paulo Freire", comemora Cristiane.

Ela destaca que o projeto não implica em ônus para a escola, pois o equipamento é do próprio aluno, e o projeto pode também ser replicado para outras instituições, conforme a realidade de cada uma. "No Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) confeccionei um Caderno Pedagógico que pode ser consultado e trazer bons subsídios a todos os interessados", compartilha a professora.

> **A implementação do projeto viabilizou reflexões sobre o uso do aparelho, tanto para os estudantes quanto para os colegas professores.**

© Acervo Cristiane Perpétua de Oliveira

Esta boa prática foi resultado de trabalho acadêmico apresentado no **Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE).**

Professor Antonio Sidnei Ribeiro dos Santos (*em cima do banco*): "cinema é arte essencialmente coletiva".

© Acervo Antonio Sidnei Ribeiro dos Santos

Cinema aplicado à *educação*

Proposta é estabelecer diálogo entre os alunos e as artes visuais

Desenvolver a percepção, a imaginação e a capacidade crítica do aluno para compreender o mundo. Esse é um dos principais objetivos do projeto Cinema na Escola, a boa prática desenvolvida pelo professor Antonio Sidnei Ribeiro dos Santos e implantada desde 2012 no Colégio Estadual Amyntas de Barros, em Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba. "Esse trabalho consiste em promover a integração da arte por meio do cinema, com as tecnologias digitais abrindo novas possibilidades para o ensino", explica o professor.

O conteúdo didático-pedagógico que orientou essa implementação foi dividido em quatro módulos: Arte, Mídia e Educação; O Cinema como Convergência; A Linguagem Cinematográfica; e O Cinema na Escola.

"As atividades foram propostas para conquistar um diálogo entre os alunos e as artes visuais, por meio de ações educativas midiáticas e a produção de obras audiovisuais na escola", observa.

O projeto resultou em interessantes curta-metragens feitos pelos alunos, que foram exibidos no ambiente escolar e em festivais de cinema estudantis. Segundo o professor Antonio, um dos pontos mais importantes foi "consolidar a linguagem cinematográfica como ferramenta didática para a manifestação artística dentro do Ensino Médio da escola pública paranaense".

PROXIMIDADE

O desejo de buscar alternativas mais estimulantes para o trabalho pedagógico veio da constatação de que os estudantes não se sentiam motivados com os métodos tradicionais de ensino. "No trabalho cotidiano, percebe-se certo desinteresse pelas atividades escolares, seja em função do distanciamento da realidade vivida por esses alunos, seja pela falta de vínculo com os interesses próprios da idade. Assim, a escola acaba não interagindo satisfatoriamente com seu público-alvo", observa o professor Antonio.

Em contrapartida, ressalta, quando as ações são dirigidas às reais necessidades dos estudantes e utilizam meios que esses adolescentes dominam ou se interessam, tornam-se atrativas e, consequentemente, mais produtivas. Com base nisso, o professor trabalhou usando registros imagéticos, discussões, textos narrativos e poéticos, para levantar com os alunos quais eram seus medos, aflições, aspirações e sentimentos variados, que puderam ser expressados por meio dos recursos midiáticos e transformados em obras cinematográficas.

Além do engajamento dos estudantes, o professor Antonio comemora outros resultados positivos: o desenvolvimento do trabalho em equipe, "pois o cinema é uma arte essencialmente coletiva", e a implementação de uma cultura de trabalho baseada no uso dos recursos midiáticos, voltada para a realização de trabalhos autorais e sua aplicabilidade multidisciplinar. "É importante que a escola promova a emancipação de seus alunos, tornando-os ativos, críticos e reflexivos, e não meros repetidores do conhecimento previamente estabelecido", afirma ele.

REPLICAÇÃO

Para o professor, é preciso que a escola se reinvente e esteja conectada com o mundo, porém sem deixar de valorizar sua história e seus regionalismos. "Queremos uma nova escola – pensante, pulsante e que proponha novas realidades", reforça. A maneira de estimular este tipo de prática, de acordo com ele, passa pela capacitação de professores, por encontros para apresentação de trabalhos e troca de experiências.

Ele conta que vários colegas docentes já têm promovido e aplicado a linguagem audiovisual em suas práticas pedagógicas, o que é de grande valor para o desenvolvimento de uma escola autônoma.

Mas, segundo o professor Antonio, são ações isoladas, porque ainda faltam recursos físicos como equipamentos, horários alternativos com salas disponíveis e conectividade com a internet.

"Não é fácil, pois tudo o que nos tira da rotina e foge do convencionalismo demanda tempo e muito trabalho extra. Porém, a satisfação está em ver os alunos se desenvolvendo enquanto seres pessoais e sociais, transformando-se em verdadeiros cidadãos, protagonistas de suas próprias histórias", conclui

> Queremos uma nova escola – pensante, pulsante e que proponha novas realidades.

© Acervo Antonio Sidnei Ribeiro dos Santos

Esta boa prática foi resultado de trabalho acadêmico apresentado no **Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE).**

A arte de fazer *cultura*

Projeto valoriza manifestações artísticas e socioculturais por meio de documentário

Professora Maria Nelda Matias Bassi (*de blusa branca*) e participantes do documentário sobre a cultura no Bairro Cidade Nova.

© Acervo Maria Nelda Matias Bassi

A preservação e a valorização da cultura local são importantes para que uma comunidade se mantenha em harmonia. E, além disso, há necessidade de dar visibilidade às manifestações artísticas e socioculturais e a seus artífices para que a autoestima seja garantida. Para isso, a professora de língua portuguesa Maria Nelda Matias Bassi decidiu motivar seus alunos do Colégio Estadual Ipê Roxo, no bairro Cidade Nova, em Foz do Iguaçu, a registrar as práticas culturais da comunidade por meio da linguagem documental.

O projeto A Arte de Fazer - Práticas Culturais do Bairro Cidade Nova foi desenvolvido academicamente durante o Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) e colocado em prática ao longo de 32 horas-aula pelos alunos do 8.º ano com a colaboração da população local. "Não se tratava de segregar a cultura local, mas de valorizar as expressões culturais das camadas populares", justificou a professora. "A valorização da cultura e, consequentemente, da comunidade, deve começar pelos próprios moradores que a compõem."

O Cidade Nova é um bairro periférico na região norte de Foz do Iguaçu. Projetado em 1997 nas proximidades dos linhões de transmissão de energia de Itaipu, começou a ser povoado dois anos depois por famílias carentes deslocadas de várias partes da cidade. "No início houve choque de opiniões, cultural e de valores, mas ao longo dos anos, novas identidades culturais se formaram e elas se atualizam por diferentes traços de expressões artísticas como música, dança, artes plásticas, artesanato e também expressões religiosas, entre outras", diz Maria Bassi.

Ao planejar seu trabalho, a professora não teve dúvidas sobre o gênero de produção a ser utilizado: o documentário. Construído a partir do uso de recursos cinematográficos, ele tem como base a apresentação de uma visão da realidade, marcada pela interpretação que o autor faz. "Assim, produzir documentário com alunos do Ensino Fundamental representa transformar em filmes curtos e narrativos a expressão real interpretada por eles. Neste caso, trata-se de uma representação interpretada pelos alunos do 8.º ano do ensino fundamental da realidade cultural do Bairro Cidade Nova, onde está localizada a escola", afirma Maria Bassi.

> Produzir documentário com alunosdo Ensino Fundamental representa transformar em filmes curtos e narrativos a expressão real interpretada por eles.

Os passos começaram dentro da sala de aula com levantamento sobre os gêneros discursivos que seriam lidos e/ou escritos pelos alunos, com vistas ao desenvolvimento das diferentes temáticas a serem abordadas. A professora trabalhou a forma composicional, a estilística e a função sociocomunicativa dos gêneros discursivos, particularmente o documentário. Também houve discussão sobre o que se entende como cultura.

FORÇA DA COMUNIDADE

Como o tempo de realização do projeto era pré-determinado houve algumas dificuldades. A primeira foi o atropelo para a composição do roteiro. No entanto, a criatividade precisou fluir com mais intensidade durante a elaboração e edição do documentário, em razão da carência de recursos tecnológicos, como câmeras fotográficas, filmadoras e apoio técnico para manusear os equipamentos. Nessa hora, valeu a força da comunidade que ajudou com tudo o que estava ao alcance.

Terminada a edição, a comunidade foi convidada para um sarau com participação dos artistas que contribuíram na cultura local. As pessoas puderam assistir ao trabalho concluído. Segundo a professora, o desenvolvimento do projeto trouxe um "novo olhar" sobre a prática pedagógica. "Diante de tanta experiência, troca de conhecimento e leituras surge uma nova professora; nossos alunos têm a ganhar muito com um professor mais motivado, mais flexível, que ouve mais", diz.

Maria Bassi destaca, ainda, que as atividades culturais da comunidade trouxeram muitos benefícios para o processo educacional, ao mostrar aos alunos que o lugar onde vivem deve ser respeitado e que todos, estudantes e comunidade, fazem parte da história do bairro Cidade Nova. "O contexto histórico e cultural está em toda parte e precisa ser valorizado. Como? Conhecendo a realidade e dedicando tempo para pesquisa. É um trabalho árduo, mas o resultado é gratificante", afirma a professora.

Esta boa prática foi resultado de trabalho acadêmico apresentado no **Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE).**

Dalton Trevisan no combate à violência

Literatura auxilia discussão e tomada de atitude em relação às agressões a mulheres

A discussão sobre violência, particularmente aquela contra as mulheres, ganhou destaque nos últimos anos, levando pedagogos e professores a propor novas formas de abordagem nas escolas. Para ajudar nesse debate e ampliar o olhar sobre questões cotidianas que podem favorecer a violência, a professora Cláudia Gruber, especializada em Ensino da Literatura Brasileira, optou por um estudo mais profundo das obras do escritor paranaense Dalton Trevisan.

© Evandro Fadel/Seap

A professora diz que, em suas aulas, havia percebido um grande desinteresse dos alunos pela leitura. Por isso, precisava de um assunto que despertasse a vontade do estudante em abrir um livro. “Busquei, então, aliar a literatura, o cotidiano e a temática da violência para propiciar um novo olhar para velhas questões que precisam ser desmistificadas e combatidas”, explica Cláudia.

Aplicado em 2016, em uma turma de terceiro ano do Ensino Médio do Colégio Estadual Professor Victor do Amaral, de Curitiba, o projeto centrou-se em histórias escritas pelo contista que têm como temática central a violência contra mulheres, jovens e crianças. A partir dos textos escolhidos, traçou-se um paralelo com as frequentes agressões observadas no cotidiano.

O trabalho com os alunos começou pela coleta e análise de dados estatísticos referentes à violência contra as mulheres, crianças e adolescentes em âmbito local e nacional, conhecimento das leis e mecanismos de proteção a esse grupo, e pesquisas sobre crimes cometidos contra o público feminino e que causaram comoção nacional. “Abordamos também microviolências cotidianas que ocorrem no ambiente escolar no que diz respeito à questão de gênero”, explica a professora.

A partir da discussão proposta, os alunos envolvidos no projeto produziram materiais que foram expostos para a comunidade escolar. Isso motivou um debate sobre as razões de violência contra mulheres, adolescentes e crianças, e como a comunidade escolar poderia contribuir para denunciar os atos e ajudar as vítimas.

Também foi ofertado um curso online para outros professores da rede estadual durante a implementação do projeto. Os 13 cursistas inscritos no Grupo de Trabalho em Rede (GTR) – três de Curitiba e o restante de outas cidades – tiveram que interagir em fóruns específicos de debates, discutir suas realidades escolares e, a partir das demandas apontadas, produzir projetos de intervenção.

“Todos foram unânimes em afirmar que já vivenciaram casos de violência contra seus alunos e alunas e, em seus relatos, sempre deixaram evidente o problema da violência dentro das escolas e do sentimento de impotência ao não poder intervir da maneira que realmente gostariam de fazer em tais situações”, afirma Cláudia.

RESULTADOS

O projeto, de acordo com a professora, propiciou subsídios teóricos e práticos para todos os envolvidos no cotidiano escolar poderem discutir a violência contra mulheres, adolescentes e crianças, bem como adotar medidas objetivas e imediatas.

Além disso, Cláudia observou que os textos ficcionais de Dalton Trevisan trabalhados em sala causaram um profundo impacto e desconforto nos alunos que não estavam acostumados a ver situações limítrofes de violência apresentadas num texto literário. De acordo com a professora, a visão de literatura que eles tinham era voltada para obras de entretenimento e para fragmentos textuais que fazem parte dos livros didáticos.

“Diante do impacto causado pelos textos, surgiram indagações sobre o porquê de se retratar tal violência, se o autor estaria fazendo um alerta, uma denúncia, um pedido de socorro ou se eram apenas relatos estilizados de situações vivenciadas pelos personagens”, destaca a professora.

> **Surgiram indagações se o autor estaria fazendo um alerta, uma denúncia, um pedido de socorro ou se eram apenas relatos de situações vivenciadas pelos personagens.**

A pedagoga Luana Hugen conta que o trabalho de Cláudia veio ao encontro das necessidades, tanto do espaço educativo onde o projeto foi desenvolvido quanto da realidade social. “É muito importante ressaltar que a mulher em nossa sociedade, apesar dos avanços, ainda sofre com influências do autoritarismo masculino, das diferenças e violências cometidas contra ela”, diz Luana.

Esta boa prática foi resultado de trabalho acadêmico apresentado no **Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE).**

Professora Fabiana Hass Maria (*em pé*) orienta sobre benefícios do histórico funcional.

© Acervo Fabiana Hass Maia

Acesso ao misterioso *Dossiê-Histórico Funcional*

Projeto acadêmico discute acesso democrático, deveres e direitos contidos no documento

Toda a vida funcional de um servidor público está descrita com detalhes em um formulário automatizado. No entanto, nem todos sabem como acessá-lo ou têm a noção exata dos benefícios que lhe pode trazer. Para apresentar a seus colegas os direitos e deveres que o documento incorpora, a professora Fabiana Hass Maia, graduada em Arte e Pedagogia e pós-graduada em Interdisciplinaridade na Educação e Mídias na Educação, desenvolveu em 2017 o projeto Acesso ao Misterioso Dossiê-Histórico Funcional: Um Direito Democrático. O estudo fez parte do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), sob orientação da professora Yvelise Arco-Verde, e foi implementado no Colégio Estadual Dona Branca do Nascimento Miranda.

À época, Fabiana era funcionária do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional (Fundepar), e foi lá que percebeu que os servidores públicos possuíam pouco conhecimento de sua vida funcional. E, pior, observou que esse desconhe-

cimento fazia com deixassem de usufruir direitos, planejar o futuro e galgar ascensões na carreira. "Surgiu dessa forma o desejo de criar um projeto de intervenção que auxiliasse na melhora desta realidade", relata a professora.

A primeira iniciativa foi aplicar um questionário, que confirmou a percepção de que realmente os professores do Colégio Dona Branca não tinham plena ciência dos históricos funcionais e dos direitos como servidores. "Essa falta de conhecimento profissional resulta de mecanismos de exclusão que, ao longo dos anos, não permitem que esses servidores tenham tempo para pensarem em seu futuro, em sua formação ou em sua remuneração", explica Fabiana.

O passo seguinte foi atender, de forma individual, cada professor participante para explicar como acessar e analisar os dossiês. Não foi tarefa das mais fáceis, em razão das atividades que a professora exercia no colégio. "Mesmo com essa dificuldade, o trabalho foi muito bem-aceito, a participação foi grande e o acolhimento da direção foi essencial favorecendo todo o desenvolvimento do trabalho", conta.

RESULTADOS

No final de cada atendimento individual, Fabiana solicitou que o servidor respondesse um questionário. Ao analisar os dados, percebeu melhora significativa na perspectiva dos professores sobre o conhecimento de suas carreiras. "Pelos dados obtidos, posso afirmar que, tendo acesso aos dados funcionais, a maioria dos profissionais da educação se apropria desses conhecimentos", acentua.

Segundo ela, essa apropriação é essencial, para que os professores tenham consciência de sua importância no ensino e aprendizagem. "Os profissionais da educação são fundamentais no processo de escolarização; não basta ter uma rede que atinja a todos os estudantes, é preciso qualidade neste atendimento", reforça Fabiana. Ela também alerta: "Para se atingir a totalidade dos profissionais é necessário um trabalho contínuo e de longo prazo."

Para a professora, o projeto pode ser adaptado e expandido para todas as unidades escolares do Paraná, desde que sejam criadas equipes nos Grupos de Recursos Humanos Setoriais de todos os 32 Núcleos Regionais de Educação. Segundo ela, essas equipes iriam até os colégios da rede estadual, capacitando todos os funcionários e professores.

A professora Tânia Regina Pires, que participou do projeto, conta que o método de auxílio aos professores na pesquisa sobre o histórico funcional esclareceu muitas dúvidas, principalmente em relação à aposentadoria. "Só tenho a agradecer pelo projeto e por ter me ajudado a esclarecer todas as dúvidas que tinha. E acrescento que o projeto continua até hoje rendendo, pois a professora não deixa de ajudar os que a procuram", declara Tânia.

> Tendo acesso aos dados funcionais, a maioria dos profissionais da educação se apropria desses conhecimentos.

© Acervo Fabiana Hass Maia

Esta boa prática foi resultado de trabalho acadêmico apresentado no **Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE).**

© Divulgação

Lei das Estatais no foco

Trabalho analisa como o Estado do Paraná adaptou-se para implantar lei que impôs regras aos gestores de estatais

A Lei Federal 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, aplicável à União, Estados e Municípios, impôs regras explícitas tanto para que cidadãos possam atuar como gestores nas estatais como em relação aos deveres que esses têm ao assumi-las.

"A vulgarmente chamada Lei das Estatais trouxe como norma geral a necessidade da observância de regras de governança corporativa, de transparência e de estruturas, práticas de gestão de riscos e de controle interno, composição de administração e, havendo acionistas, mecanismos para sua proteção", registra o advogado Luiz Fabrício Betin Carneiro em seu trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Gestão Pública na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Ao estudar as Regras de Governança adotadas pelo Estado do Paraná em decorrência da Lei 13.303/2016, Carneiro destaca, primeiramente, a edição da Lei n.º 18.875, de 27 de setembro de 2016, que instituiu o Conselho de Controle das Empresas Estaduais (CCEE). Criado como órgão colegiado de caráter consultivo e normativo, o conselho está vinculado à Secretaria de Estado da Fazenda. "Tem as atribuições de assessorar o governador no estabelecimento de diretrizes para a orientação de práticas de governança corporativa e controle interno, e acompanhar as atividades e avaliar o desempenho das empresas públicas, sociedades de economia mista e das fundações públicas estaduais", diz o advogado.

Entre as diversas atribuições que a legislação concede ao CCEE está, inclusive, a de assessorar a Comissão de Política Salarial, por meio de parecer prévio, acerca de pleitos apresentados pelas empresas sob controle direto do Estado, fundações por ele mantidas ou instituídas, e serviços sociais autônomos. Como garantia de transparência e prática de gestão de risco e controle interno, o conselho opina, também, nos acordos trabalhistas ou no reajuste salarial, além do Programa de Participação nos Lucros e Resultados.

GOVERNANÇA

No trabalho de conclusão do curso, Carneiro destaca que o governo paranaense editou o Decreto n.º 6.263/2017, alterado pelo Decreto n.º 6.512/2017, como mais um caminho para a aplicação da Lei das Estatais. O documento estabelece que as empresas sob controle do Estado que apresentaram receita operacional bruta superior a R$ 90 milhões em 2015, devem instituir o Comitê de Indicação e Avaliação. A esse comitê caberá as funções de assessorar os acionistas na indicação e avaliação de administradores, conselheiros fiscais e membros dos demais comitês sobre os requisitos necessários para serem eleitos; verificar a conformidade do processo de avaliação; e auxiliar o Conselho de Administração para que faça a mesma análise.

As empresas públicas e sociedades de economia mista cuja receita operacional bruta foi inferior àquele montante tiveram normas de governança estabelecidas pelo Decreto n.º 5725/2016. Ele determina que os membros do Conselho de Administração e da Diretoria devem ser escolhidos entre cidadãos de reputação ilibada e de notório conhecimento. Além disso, os administradores deverão participar anualmente de treinamentos específicos sobre legislação societária e de mercado de capitais, controle interno e código de conduta, entre outros.

"O decreto também dispõe que é condição para investidura em cargo de diretoria da empresa pública e da sociedade de economia mista a assunção de compromisso com metas e resultados específicos a serem alcançados", afirma Carneiro. A fiscalização cabe ao Conselho de Administração. O advogado destaca ainda, em seu trabalho acadêmico, que a empresa deverá elaborar e divulgar o Código de Conduta e Integridade, cujos artigos mínimos serão determinados pelo Conselho de Controle das Empresas Estaduais. Ela será submetida, ainda, a auditoria externa nesse quesito.

De acordo com o advogado, o Estado do Paraná conseguiu estabelecer uma legislação eficiente e eficaz para que a Lei das Estatais pudesse ser bem aplicada. Orienta, no entanto, sobre a necessidade de as empresas com receita operacional bruta inferior a R$ 90 milhões também serem obrigadas a instituir seus Comitês de Indicação e Avaliação. "Por fim, é de se ponderar que, inobstante as normas adotadas pelo Estado do Paraná em decorrência das exigências da Lei 13.303/2016, há de se incentivar a implementação contínua e gradativa de elementos como liderança, integridade, compromisso, responsabilidade, integração e transparência para um efetivo aperfeiçoamento da governança pública nas empresas paranaenses", diz.

> **Há de se incentivar a implementação contínua e gradativa de elementos como liderança, integridade, compromisso, responsabilidade, integração e transparência para um efetivo aperfeiçoamento da governança pública nas empresas paranaenses.**

© Divulgação

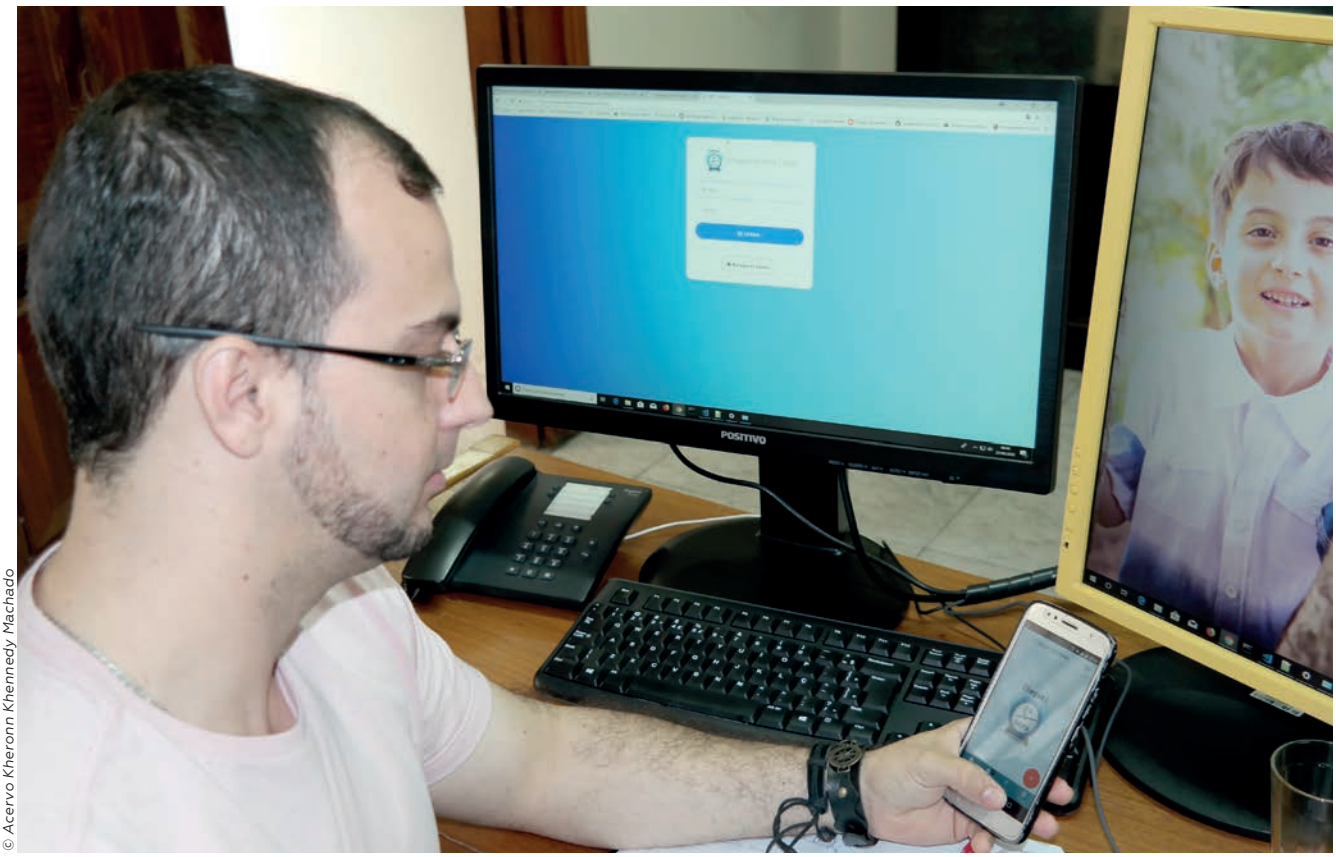
Cheguei na hora

Plataforma possibilita registro de frequência e contagem do banco de horas

O professor de informática Kheronn Khennedy Machado está revolucionando o sistema de registro de frequência dos servidores no Núcleo Regional de Educação de Wenceslau Bráz, no norte pioneiro do Estado. Em cerca de quatro meses, ele desenvolveu uma plataforma que congrega um aplicativo para celular e possibilita agilidade, transparência e comodidade para o servidor, além de controle mais efetivo das informações do ponto por parte da unidade de recursos humanos, com dinamização do tempo e redução do retrabalho. Outros serviços têm sido adicionados gradativamente.

De 2009 a 2017, Kheronn dedicava-se a seus alunos em sala de aula. A partir do momento em que foi chamado para trabalhar no assessoramento pedagógico em tecnologias educacionais, na CRTE do Núcleo, ele percebeu um dos problemas que teria pela frente. A começar pela fila que se formava diante do computador destinado a registrar a presença do servidor. Isso quando funcionava. Do contrário, era tudo escrito, incluindo a contagem do banco de horas.

"O sistema de biometria não funcionava e a manutenção era cara; o ponto manual acumulava papéis, criava filas e, às vezes, apresentava inconsistências; e, caso uma anotação se perdesse, dava problema no banco de horas", lembra. A questão do banco pareceu mais urgente, visto que eventuais equívocos eram percebidos tardiamente e, às vezes, nem mesmo as anotações eram mais encontradas. "Criei para mim essa demanda que não existia", afirma. "Precisei estudar muito."



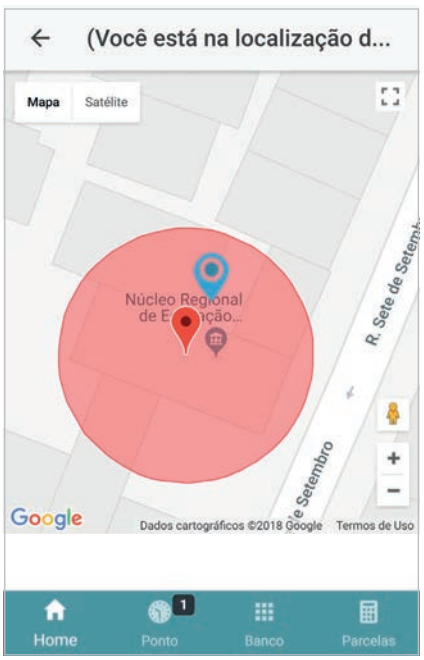
© Acervo Kheronn Khennedy Machado

HORÁRIO EXTRA

Mas seu horário normal de trabalho já estava tomado pelo assessoramento pedagógico. Não restou alternativa senão a de ocupar o tempo fora do expediente para os estudos que levassem a um sistema rápido, eficiente e confiável. O primeiro passo foi desenvolver um aplicativo que possibilitasse a entrada pelo e-mail institucional e senha, pelo qual o servidor pudesse consultar online todos os lançamentos de suas horas extras. "Erros poderiam ser arrumados imediatamente", pondera.

No começo deste ano, essa possibilidade já era realidade. "A partir daí veio a pergunta: por que não utilizar a mesma base para o ponto?". Com ela, a primeira dificuldade: delimitar o raio do aplicativo para que a pessoa tivesse a possibilidade de registrar a frequência apenas na área do prédio. Novamente, Kheronn dedicou-se aos estudos, estabeleceu uma coordenada e, a partir dali, um raio de 25 metros. "É mais ou menos a extensão do núcleo", diz. "O servidor precisa dar dois passos para dentro da porta."

© Divulgação



Após isso, a tecnologia do banco de horas foi integrada à de registro de ponto, e o aplicativo ganhou um nome: Cheguei na Hora. A escolha de Kheronn foi pelo sistema operacional Android, mais comum no núcleo e por ser mais barato no *Play Store*. Para os que possuem sistema diferente, há a possibilidade do registro no computador pertencente ao órgão, identificado pelo IP. No caso do uso do aplicativo, independentemente do horário do celular, a marcação respeita o oficial (hora do servidor na nuvem).

CRONOGRAMA

Em abril, primeiro mês da implantação do aplicativo, poucos dos 50 servidores do núcleo participaram do teste. Foram eles que apontaram as falhas e as melhorias necessárias. Em maio, o volume de servidores no aplicativo aumentou, mas os registros manuais ainda eram feitos de forma paralela. Finalmente, em junho, o Cheguei Na Hora foi adotado como forma de registro oficial de frequência para a maioria dos funcionários.

A mudança no hábito não foi instantânea, apesar da grande aceitabilidade. "Muitas pessoas iam no mesmo lugar onde faziam o registro manual para usar o aplicativo", relata o criador. Segundo Kheronn, eventuais problemas observados são rapidamente resolvidos. Como, por exemplo, em queda da internet. O servidor pode fazer o registro ainda que esteja desconectado e a informação é acessada no sistema gerenciador de recursos humanos tão logo a conexão se restabeleça.

O servidor tem acesso fácil às marcações do dia e a um histórico que pode ser filtrado por mês e ano. Novas aplicabilidades começam a ser desenvolvidas. Logo depois do registro de horas extras e do ponto, mais um avanço: um servidor que receber atestado de licença médica pode fotografar o documento e enviar rapidamente para a unidade de recursos humanos que, posteriormente, valida ou rejeita. Kheronn estuda também a possibilidade de as informações do diário de viagem serem geridas pelo aplicativo.

> O sistema de biometria não funcionava e a manutenção era cara; o ponto manual acumulava papéis, criava filas e, às vezes, apresentava inconsistências; e, caso uma anotação se perdesse, dava problema no banco de horas. Criei para mim essa demanda que não existia. Precisei estudar muito.

Adeus às *filas*

© Acervo Silmara Baroni

Sistema de agendamento eletrônico facilita controle de estoque de medicamentos de alto custo nas farmácias das Regionais de Saúde

Milhares de pacientes que necessitam de medicação contínua de alto custo não precisam mais enfrentar longas horas de espera na fila, em várias farmácias das Regionais de Saúde do Paraná. Com a implantação, em 2015, do sistema de agendamento informatizado – iniciativa da então coordenadora da farmácia da 15.ª Regional, em Maringá, Jovelina Morante, e da farmacêutica Silmara Baroni, atual coordenadora – é possível saber, de antemão, quantas pessoas serão recebidas no local e quais os medicamentos demandados para aquela data. Com isso, evita-se não apenas as filas demoradas mas também o risco de o paciente descobrir, apenas na hora de ser atendido, que o remédio que veio buscar ainda não chegou.

"Antes, o atendimento era feito por meio de senhas, por ordem de chegada. Em dias de maior movimento, os pacientes tinham de esperar, em pé, cerca de três a quatro horas na fila, o que gerava muitas reclamações", recorda Silmara. Agora, segundo ela, a média de tempo para retirar a medicação na farmácia é de 30 minutos e as pessoas podem aguardar sentadas. "Uma das grandes vantagens é que, com o sistema digital, podemos ante-

cipar o número de pessoas a serem atendidas e ligar para os pacientes avisando previamente sobre a falta ou a chegada da medicação".

Entre os medicamentos de alto custo padronizados nos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas estabelecidos pelo Ministério da Saúde e disponibilizados pelas farmácias das Regionais, estão os recomendados para tratamento de artrite reumatóide, lúpus, esclerose múltipla, asma grave, diabetes *mellitus* tipo 1, doença de Crohn, mal de Alzheimer, e muitos outros.

EVOLUÇÃO

O primeiro passo em direção à mudança no atendimento ocorreu em maio de 2014. Na época, a farmácia da 15.ª Regional de Saúde já atendia aproximadamente seis mil pacientes por mês; hoje, são cerca de nove mil cadastrados. "Inicialmente, usamos uma planilha para fazer um agendamento manual e informar aos pacientes o dia e o horário em que deveriam comparecer no mês seguinte", conta Silmara. Esse processo foi bem sucedido e evoluiu para o projeto de um sistema informatizado, desenhado por ela mesma.

Com o apoio dos diretores da Regional de Saúde – Kazumichi Koga (anterior) e Jales Adolfo Cardoso (atual) –, do Centro de Medicamentos do Paraná (Cemepar) e do Departamento de Assistência Farmacêutica (Deaf), após seis meses de agendamento manual, foi implantado na unidade maringaense o sistema informatizado. Desenvolvido pela Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (Celepar), trouxe ainda mais agilidade e organização aos atendimentos da farmácia da 15.ª Regional.

BENEFÍCIOS

A nova prática, destaca Silmara, não proporcionou apenas modernização e mais eficiência nos serviços prestados ao público. Também permitiu melhorar o controle de estoque, a rastreabilidade dos medicamentos e a otimização da entrega, já que os remédios são providenciados de acordo com a solicitação dos pacientes. Com o impacto assertivo desse projeto, o sistema de agendamento eletrônico foi implantado, aos poucos, em outras unidades. Até o momento, opera em 14 farmácias de Regionais de Saúde do Estado do Paraná, inclusive na capital.

"O sistema vem sendo continuamente atualizado e o Deaf trabalha em conjunto com a Celepar no desenvolvimento de novas ferramentas para modernizar o atendimento", observa Silmara. Uma dessas ferramentas é um aplicativo de celular, já em uso, para que o paciente possa confirmar seu comparecimento no dia marcado e não esquecer do compromisso. "Ainda temos aproximadamente 12% das pessoas que faltam aos agendamentos. Por isso, pedimos a todos para divulgarem e aproveitarem esses recursos que foram criados, especialmente, para beneficiar o cidadão", incentiva a coordenadora.

O Paraná disponibiliza medicamentos de alto custo, gratuitos, em farmácias das 22 Regionais de Saúde. Dessas, 14 já contam com o sistema de agendamento informatizado: Curitiba, Ponta Grossa, Irati, Guarapuava, União da Vitória, Pato Branco, Campo Mourão, Umuarama, Cianorte, Maringá, Apucarana, Londrina, Telêmaco Borba e Francisco Beltrão.

> **A média de tempo para retirada do medicamento caiu de três a quatro horas para 30 minutos.**

© Acervo Silmara Baroni

Trabalho em benefício da população.

© Acervo Major Marcos Antonio Tordoro

Ciclo Patrulhamento

Uso de bicicletas por policiais militares é aprovado pela população

Popular como meio de transporte, atividade esportiva e recreação, a bicicleta está galgando um novo status: a de ferramenta na promoção da segurança pública, por meio do Ciclo Patrulhamento. De olho nessa tendência mundial (Estados Unidos, Holanda e Canadá, por exemplo, já adotaram), o major Marcos Antonio Tordoro, do 5.º Batalhão da Polícia Militar (BPM), de Londrina, desenvolveu um projeto pioneiro no Paraná para fazer o patrulhamento policial do município utilizando bicicletas.

O projeto teve início em 7 de dezembro de 2016, por ocasião da Operação Londrinatal. Até então, em nenhuma unidade da Polícia Militar do Estado era realizado o patrulhamento diário com bicicletas. "O que ocorria era de forma esporádica, apenas no litoral, durante o Verão Paraná, no período de 20 de dezembro até findar o Carnaval", conta o major Tordoro. Agora, esse tipo de patrulhamento é ininterrupto em Londrina e os resultados têm sido significativos.

Segundo ele, as vantagens são muitas, entre elas, a mobilidade, autonomia e versatilidade. "O policial militar com bicicleta consegue acessar lugares que outro, numa viatura motorizada, não conseguiria, e ainda pode se deslocar com agilidade num ambiente congestionado". Outro ponto a favor é a facilidade para transpor distâncias muito maiores e com mais rapidez do que um policial militar a pé.

Além disso, a bicicleta é um veículo silencioso, que não polui o meio ambiente, contribui para a saúde e a boa forma dos policiais, e promove a interatividade com os cidadãos. "As pessoas ficam menos constrangidas de se aproximar de um policial de bicicleta do que de um policial numa viatura", observa Tordoro.

REDUÇÃO CRIMINAL

O major explica que o ciclo patrulhamento é efetuado em duplas e, às vezes, em trios, e o trabalho é feito em conjunto com uma viatura motorizada, no horário comercial, multiplicando a capacidade de policiamento. "São oito policiais militares voluntários para essa missão, entre eles, uma mulher. Devido à mobilidade das bikes, essas equipes apoiam as motorizadas na área central, em todas as ocorrências".

As ações se concentram especialmente no período de abertura e fechamento das lojas e, no terminal rodoviário de embarque estadual, nas primeiras horas da manhã. "Os índices criminais baixaram consideravelmente", afirma.

Os dados computados pela PM de Londrina, até maio deste ano, demonstram os resultados efetivos do ciclo patrulhamento: os roubos na região central diminuíram 53% e houve um crescimento de 442% das ações de prisão por crimes relacionados ao uso e ao tráfico de drogas. Já nos meses de junho e julho nenhum roubo foi notificado no Centro da cidade, onde o patrulhamento com bicicletas acontece. Desse período até o final de setembro, apenas duas ocorrências foram notificadas e, em outubro, novamente não foram registrados crimes de roubo na área do ciclo patrulhamento.

"Creio, porém, que um dos fatores mais importantes desse tipo de policiamento é a proximidade com os cidadãos e a receptividade das pessoas", diz Tordoro. Isso está relacionado, acredita, aos resultados positivos na prevenção de delitos e à sensação de segurança que o ciclo patrulhamento transmite ao cidadão.

CONTATO DIÁRIO

O contato dos policiais com comerciantes e lojistas é diário, para colher informações sobre demandas na área de segurança pública, com o objetivo de desencadear ações e solucionar os problemas apresentados.

Segundo Tordoro, a acolhida dos policiais ciclistas pela comunidade tem superado expectativas. Ele ressalta que, na segunda Operação Londrinatal, em 7 de dezembro de 2017, a Associação Comercial e Industrial de Londrina (Acil) prestou uma homenagem aos policiais do ciclo patrulhamento do 5.º BPM. Nessa data, no calçadão de Londrina, todos eles e a coordenação receberam uma placa individual que marca e parabeniza os integrantes por um ano de ações contínuas no patrulhamento com bicicletas.

Merece destaque ainda, a ação promovida, na mesma época, na qual os policiais ciclistas levaram, durante o patrulhamento, bexigas coloridas e uma bomba de ar com as quais produziram balões em forma de bichinhos para presentear as crianças que se aproximavam. "Os resultados foram surpreendentes, pois as famílias paravam e faziam questão de fotografar seus filhos ao lado dos PMs", comemora Tordoro.

© Acervo Major Marcos Antonio Tordoro

Major Marcos Antonio Tordoro, do 5.º Batalhão da Polícia Militar (BPM), de Londrina, criador e incentivador do projeto.

> **São oito policiais militares voluntários para essa missão, entre eles, uma mulher. Devido à mobilidade das bikes, essas equipes apoiam as motorizadas na área central, em todas as ocorrências.**

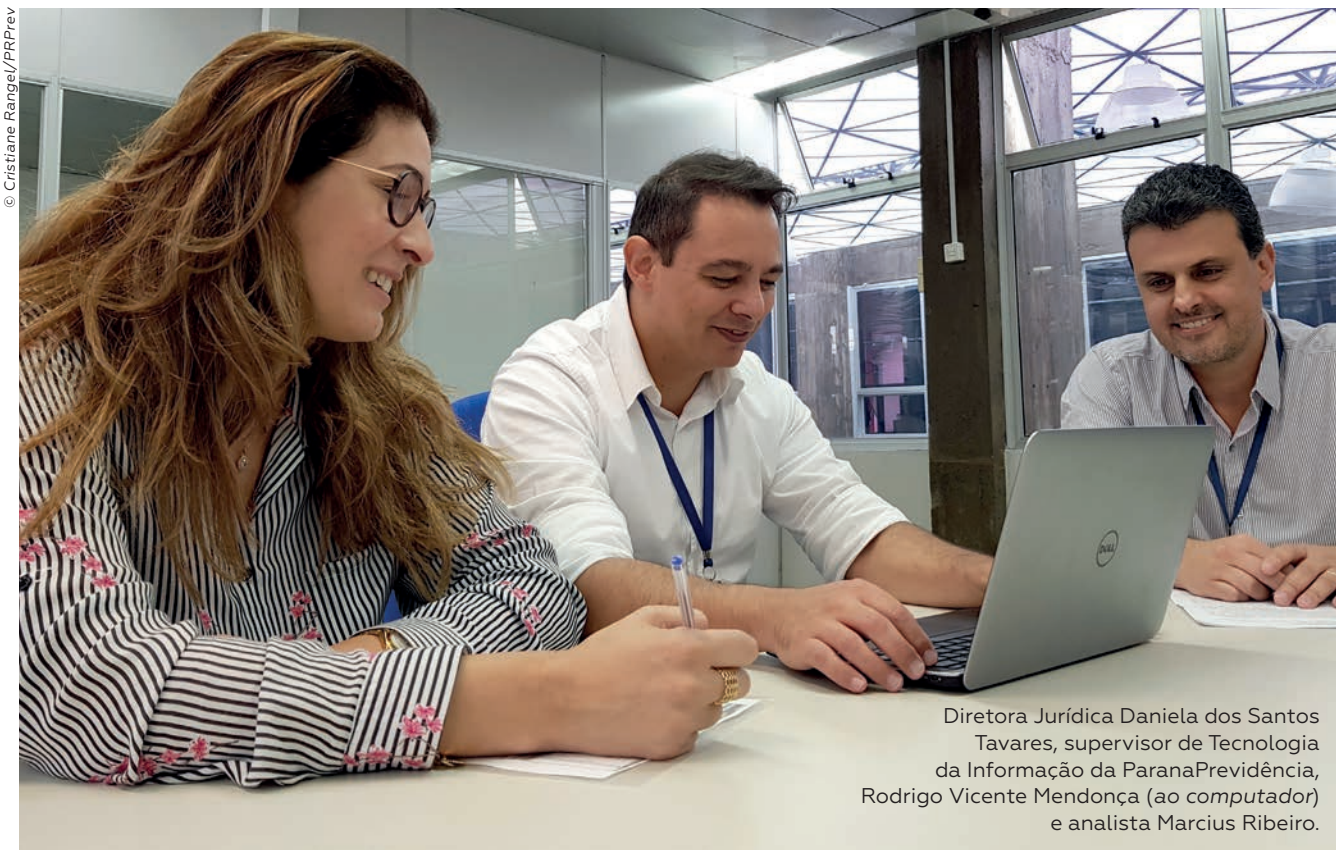
Legislação previdenciária na mão

Criado pela ParanaPrevidência, o Sisprev reúne legislação estadual e matérias relativas ao sistema previdenciário

Até há poucos anos, sempre que existia a necessidade de se consultar uma legislação previdenciária específica, particularmente as mais remotas, funcionários da ParanaPrevidência recorriam a colegas com mais tempo de casa que indicavam onde poderia ser encontrada. Eram considerados "arquivos vivos", em razão do conhecimento acumulado. Mas, a cada consulta, uma questão se levantava: E quando eles se aposentarem, a quem recorrer?

"Foi quando surgiu a ideia de materializar o que estava na memória deles em um sistema informatizado capaz de armazenar as informações, de maneira prática e organizada", conta o analista previdenciário Marcius Batista Ribeiro. Foi o início do processo que culminaria no Sisprev – um aplicativo desenvolvido pela própria equipe da ParanaPrevidência, e que hoje é largamente utilizado pela Diretoria Jurídica, principalmente nos processos de revisão de proventos e diligências do Tribunal de Contas, e nas defesas das ações judiciais.

© Cristiane Rangel/PRPrev



Diretora Jurídica Daniela dos Santos Tavares, supervisor de Tecnologia da Informação da ParanaPrevidência, Rodrigo Vicente Mendonça (*ao computador*) e analista Marcius Ribeiro.

COMISSÃO DE PROFISSIONAIS

Mas, para chegar ao modelo final dessa ferramenta, foram necessários alguns movimentos e várias inteligências trabalhando juntas. Diante da aposentadoria iminente daqueles funcionários antigos, a Diretoria de Previdência (DPrev) criou, em 2010, uma comissão de funcionários, com representantes das áreas afetas (Coordenadoria da Concessão, Manutenção, Assistência Técnica da DPrev e Diretoria Jurídica) para compilar os dados.

O trabalho, bastante minucioso, evoluiu por etapas: coletânea das leis, dispostas em ordem cronológica e filtradas com foco no conteúdo previdenciário; inserção das tabelas de reajustes; estrutura dos quadros (no início, apenas os do Poder Executivo e, mais tarde, os do Tribunal de Justiça, Ministério Público, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas e Defensoria Pública); e criação de um campo para tratar das Regras Gerais (abono de permanência, contagem de tempo, aposentadoria e pensões, etc.).

Apesar de reunir e atualizar todas as legislações correspondentes a cada área, afirma Marcius, essa ferramenta experimental era simples (Word e Excel), demorada para operar e longe de ser a ideal.

DETERMINAÇÃO

Com o tempo, parte da comissão inicial, que contava com 10 profissionais, foi designada para outras atividades. E, em 2016, apenas três funcionários do grupo continuavam no projeto, com a meta de aprimorá-lo: a advogada da Diretoria Jurídica Daniela dos Santos Tavares; o analista Marcius Ribeiro; e a secretária Alessandra Caroline Abreu. A esse time juntou-se o supervisor de Tecnologia da Informação (TI) da ParanaPrevidência, Rodrigo Vicente Mendonça.

"Graças a muita determinação e apoio da diretoria conseguimos manter esse objetivo coeso e prosseguir até alcançar o resultado almejado", afirma Daniela. Uma das providências foi visitar alguns órgãos oficiais com o intuito de conhecer como funcionava um sistema mais sofisticado, o DataPrev – quando então surgiram os esboços primordiais do modelo digital que seria adequado à ParanaPrevidência.

Essa fase, encabeçada por Rodrigo, contou com assessoria da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (Celepar), para analisar a viabilidade de algumas ferramentas. Feito isso, a equipe de TI da ParanaPrevidência desenvolveu um aplicativo no qual reuniu as milhares de leis e documentos previdenciários, ordenando-os de maneira prática e clara para trabalho e consulta. Estava lançado, em 2016, o Sisprev.

"O Sisprev compilou não apenas a legislação do Paraná, como também o entendimento e o posicionamento de órgãos do Estado – como TC, Seap, PGE e outros –, os casos de jurisprudência, pareceres internos da Diretoria Jurídica e resoluções dos Conselhos da ParanaPrevidência", destaca Daniela.

Para Marcius, a vantagem do sistema, além de ser ferramenta eficiente para reunir as informações relativas à previdência no Paraná, é a facilidade de pesquisa, o dinamismo e a possibilidade, agora, de qualquer funcionário do Estado ter acesso ao conteúdo, conhecendo melhor as normas de sua categoria enquanto servidor.

"Diante de resultados tão satisfatórios, não poderíamos deixar de agradecer também a participação de dois funcionários antigos do Estado – Timon Ferro e Lucídes de Agostini e Perelles – que trouxeram suas experiências e foram essenciais para o desenvolvimento desse projeto", conclui a equipe.

> O Sisprev compilou não apenas a legislação do Paraná, como também o entendimento e o posicionamento de órgãos do Estado – como TC, Seap, PGE e outros –, os casos de jurisprudência, pareceres internos da Diretoria Jurídica e resoluções dos Conselhos da ParanaPrevidência.

© Acervo Albina Kovalski

Ensinando saúde pelo teatro

Personagem Stefka, criada por servidora, traduz questões técnicas em linguagem popular

Toda mensagem precisa ser bem entendida para melhor ser aplicada. Na Saúde, isso é importantíssimo, porque a vida está em jogo. No entanto, nem todas as palavras e siglas dessa área são facilmente compreensíveis. Para vencer as barreiras e trazer os conceitos mais perto da população, a servidora Albina Kovalski, da Secretaria de Estado da Saúde, em Irati, buscou a representação teatral e criou a personagem Stefka.

A personagem assume as características de uma senhora polonesa muito alegre, versátil e com grande liderança na comunidade. Sedenta de conhecimento, ela reúne dados técnicos de saúde e de cidadania à cultura popular transformando-os em linguagem corriqueira. “Stefka nasceu por acaso e fez desabrochar o lado humorístico de minha personalidade passando a ser porta-voz na comunicação de informações de saúde”, diz Albina.

Não é raro Stefka trocar traumatismo craniano por reumatismo ucraniano, e questionar: mas como, se ele é polaco? Ao tratar da aids, lembra de sua linda filha Teodósia (Doja), que tem sorte para achar namorado. "Tem muito carro rondando nossa casa", relata. Ou quando, em paródia, anuncia: "pula aqui, pula acolá/pro trabalho melhorar/e o salário que é bom/nem notícia de aumentar."

Desde a admissão no serviço público, em 1981, a servidora passou a dar palestras tratando de saúde. A personagem Stefka surgiu em 1999, parida durante as atividades de um programa de capacitação. Sucesso imediato, ela se mantém viva até agora. Com 37 anos de trabalho no setor público, Albina aguarda o momento de se aposentar, vivenciando recordações e pensando se mantém a personagem em atividade.

Segundo ela, antes de Stefka, as ações educativas eram extremamente técnicas, repletas de dados estatísticos. O resultado era uma plateia pouco interativa e, por vezes, muito dispersa. "Com o tempo, a personagem me surpreendeu ao tomar proporções inesperadas", afirma. "Com seu jeito alegre, simples, verdadeiro, repleto de improvisos, conseguiu levar mensagens positivas à população e ao pessoal técnico, entregando sempre informações baseadas em conhecimentos técnicos atualizados e recomendados."

COSTUREIRA

No palco, Albina empresta para Stefka a seriedade com que sempre encarou os compromissos que lhe foram exigidos, o envolvimento multidisciplinar em suas tarefas, o respeito aos direitos do cidadão e o desejo de sempre ser útil. E carrega para sua vida cotidiana as características que pensou ao criar a personagem: alegria, sensibilidade e busca por conhecimento.

Prestes a completar 20 anos, Stefka não conseguiu atender todos os convites para se apresentar em eventos escolares, festas infantis e reuniões técnicas de saúde pelo Paraná. Muito em razão da vida agitada de Albina, que conciliava as obrigações rotineiras na Vigilância em Saúde, os afazeres pessoais e a criação de novos roteiros. Mas conviveu pacificamente com personagens interpretados, entre outros, pelas colegas Raquel Rizzo e Ana Maria da Costa.

Albina nasceu em Rebouças, no centro-sul paranaense, permanecendo na agricultura familiar até os 21 anos, quando decidiu se dedicar à costura. "Foi nesse trabalho que conheci as pessoas que me incentivaram a fazer concurso na área da Saúde e isso mudou minha vida", diz. "Descobri minha paixão e minha vocação, o que foi se intensificando a partir da aquisição de maiores conhecimentos teóricos e o envolvimento nas ações de rotina da Secretaria da Saúde, fazendo-me uma pessoa feliz e realizada", completa.

© Acervo Albina Kovalski

Ana Maria da Costa (esquerda) e Albina Kovalski (direita) durante apresentação em evento.

ROSÉOLA TAMBÉM SOBE AO PALCO

Dois a três anos antes de Stefka, nasceu Roséola, criada por Ana Maria da Costa, professora de Biologia e Ciências e servidora da Saúde em Foz do Iguaçu. Mesclando ingenuidade e sabedoria, a personagem utiliza-se da paródia para passar orientações, particularmente na área de epidemiologia. "Tanto nas aulas quanto na atividade de Saúde, há conteúdos maçantes e que podem ser entendidos de maneira mais suave quando se usa a diversão para ensinar", diz a criadora.

A presença de Roséola em encontros de Saúde garante também frequência maior de participantes e, sobretudo, a assiduidade. "Ela sempre se apresenta no final do encontro, e as pessoas ficam aguardando", diz Ana Maria. Segundo ela, a personagem a ajuda a vencer a timidez.

Ana Maria entrou no serviço público em 1988 como professora, atividade da qual está aposentada. A partir de 1990, também começou a atuar na Saúde. Apesar de a aposentadoria nessa área estar bem próxima, Ana Maria não pretende tornar inativa Roséola. "A intenção é que ela continue viva, é prazeroso levar os conhecimentos aos colegas que estão iniciando", diz.

Consultoria agrega valor ao controle patrimonial do TJ

© Divulgação

Moacir Carneiro Junior (*esquerda*) e Thiago Martini (*direita*): controle interno deu credibilidade à ação.

Trabalho foi realizado pelo Núcleo de Controle Interno para aplicação dos novos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

A participação do Núcleo de Controle Interno (NCI), do Tribunal de Justiça do Paraná, foi decisiva para a adoção de providências destinadas à aplicação das novas normas de Procedimentos Contábeis Patrimoniais, exigência da Secretaria do Tesouro Nacional para a União, Estados e Municípios. No trabalho, o núcleo atuou como consultor, agregando valor e, ao mesmo tempo, mantendo a devida distância para não comprometer sua missão de fiscalização interna.

De acordo com a coordenadora do NCI, Maria Anita dos Anjos, o comprometimento dos servidores favoreceu o trabalho de todos. "Mesmo aqueles que não conheciam o projeto com profundidade deram sua contribuição", comemora. A sinergia não se restringiu ao Poder Judiciário, mas uniu outras entidades. "O Estado é um só e precisa usar os recursos com maior eficiência e direcionado para aquilo que a sociedade necessita."

Um levantamento do Tribunal de Contas da União, de 2014, já demonstrava a necessidade de muito a ser feito no âmbito do controle patrimonial. No ano seguinte, o Tribunal de Contas do Estado também sinalizou para um olhar mais firme sobre a questão, ao mesmo tempo em que a Secretaria do Tesouro Nacional editava a Portaria n.º 548, com a definição de novos procedi-

mentos e prazos. “O contexto para que atuássemos no controle patrimonial estava criado”, diz o chefe da Divisão de Normatização do NCI, Thiago Martini Ribeiro Pinto.

Em outubro de 2015, o NCI diagnosticou: os atos normativos sobre o ingresso, movimentação, uso e baixa dos bens patrimoniais do Poder Judiciário paranaense estavam desatualizados, a instituição tinha estoques de bens em mais de um endereço e não havia preparo tecnológico e de pessoal para fazer a depreciação e reavaliação deles com vistas à melhoria dos controles e ao efetivo atendimento normativo.

Era hora de agir levando em conta: (1) reavaliação de riscos e controles em um ambiente com intensa alteração regulatória, procedimental e sistêmica; (2) necessidade de atualização de rubricas orçamentárias nos cadastros de bens; (3) mudança de foco da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, agora voltada ao registro das ocorrências relacionadas ao patrimônio público, cuja consolidação e exigência coube à STN; e (4) mudança feita pelo Estado do Paraná no sistema contábil.

“A decisão do Núcleo de Controle Interno foi por agregar valor com resultados para a instituição, mas sem assumir as responsabilidades do gestor”, acentua Thiago Martini. A primeira atitude foi a busca pelo aprendizado integrando-se a um grupo que incluía a Coordenadoria de Patrimônio do Estado, unidade da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, Secretaria de Estado da Fazenda e Controladoria Geral do Estado.

Fiel à opção pela consultoria nessa questão, o NCI orientou a administração do Tribunal sobre a necessidade de medidas. Imediatamente, a Secretaria do TJ-PR criou um grupo de trabalho com representantes da própria Secretaria, do Departamento de Engenharia e Arquitetura, do Departamento do Patrimônio, do Departamento Econômico e Financeiro, e do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação, que precisou traduzir a discussão em nova regra de negócio. Também participaram auditores do NCI como facilitadores do diálogo, fomentadores das mudanças e promotores da atuação cooperativa entre os departamentos.

© Divulgação

A experiência desenvolvida no Paraná foi apresentada durante o IV Fórum de Boas Práticas de Auditoria e Controle Interno do Poder Judiciário, em São Paulo.

Em seis meses, o grupo realizou 55 reuniões. Como resultado, o Manual de Procedimentos Contábeis Patrimoniais do TJ-PR já está publicado e um grupo de trabalho foi criado para a implantação das regras de aplicação do documento. Durante os trabalhos, o NCI também atuou na sensibilização de gestores para práticas que facilitam o controle patrimonial.

Uma delas é o inventário descentralizado. Antes, uma equipe reduzida percorria as mais de 160 comarcas em um trabalho demorado e custoso. Agora, o sistema possibilita que o gestor regional/local registre a localização do bem inventariado, cabendo ao servidor o cuidado dos que estão sob sua responsabilidade. Além disso, os gestores estão conscientes da necessidade de editar instruções normativas atualizadas.

O trabalho *Consultoria em Controle Patrimonial* foi um dos destaques do IV Fórum de Boas Práticas de Auditoria e Controle Interno do Poder Judiciário, realizado em São Paulo. Durante o evento, o contador e coordenador do grupo de trabalho que elaborou o Manual, Moacir Carneiro Junior, fez uma análise da atuação do NCI.

Segundo ele, a consultoria conseguiu compreender a totalidade da discussão e atuou como catalisador de inovações. “O pessoal do controle interno deu credibilidade ao trabalho”, acentuou. “Trabalhando nesse projeto, ficou evidente a preocupação e a contribuição para a gestão pública sem atuar diretamente na gestão, a consultoria veio para agregar valor”, afirma.

ENVOLVIDOS

Além dos mencionados, estiveram diretamente envolvidos nos trabalhos os servidores Álvaro Sérgio Rincoski Faria, Beatriz da Siqueira Becker Ramos, Cinthia Regina Negri Amin, Claudia Valeria Calegari, Eunice Teruko Kitagawa Saito, Fernando Scheidt Mäder, Giselle Chaves Pozza, Leonir Valmorbida, Maurício Andrade Albuquerque, Paulo Henrique Molinari e Rafael Correa Liberato.

Agora *é lei* no Paraná

Aplicativo que reúne leis em defesa do consumidor já tem dez mil *downloads* e reconhecimento nacional

Por Kharina Guimarães

O uso das redes sociais e das novas tecnologias é a grande aposta da Assembleia Legislativa do Paraná para deixar o Parlamento cada vez mais próximo do cidadão. Conhecer as leis aprovadas pelo Legislativo é o primeiro passo para que a sociedade possa usufruir de seus direitos e cumprir com seus deveres. E para auxiliar a população nessa tarefa foi criado o aplicativo Agora é Lei no Paraná, uma ferramenta para interagir nas relações de consumo, na compra e venda de produtos e na prestação de serviços.

A plataforma digital inovadora foi desenvolvida por uma equipe de apenas cinco funcionários da Diretoria de Comunicação e Tecnologia da Informática (TI) no tempo recorde de três meses. O aplicativo gratuito oferece 300 leis estaduais de defesa do consumidor e já tem 10 mil *downloads*.

Para alcançar esse sucesso foi preciso unir conhecimentos e explorar a expertise dos servidores. "Nosso primeiro desafio foi pensar em como fazer um aplicativo, porque era um custo muito alto e não queríamos gerar essa despesa para a Assembleia. Foi aí que surgiu a ideia de tentar usar nossa própria equipe. Desenvolvemos todo o projeto, desde a elaboração dos textos, criação das ilustrações e slogans publicitários de cada lei, formatação de *layout* e o mapa de navegação do aplicativo", explica a diretora de Comunicação da Assembleia, Kátia Chagas.

Com o projeto pronto, a missão de dar vida ao app foi da equipe de Tecnologia da Informação. "A maior dificuldade foi a questão da infraestrutura, porque não tínhamos uma base técnica para fazer o desenvolvimento", lembra Marcelo Plata, coordenador de Tecnologia da Informação da Assembleia. Era preciso encontrar um profissional que dominasse a tecnologia e conseguir o equipamento exigido para a criação de um aplicativo. A procura não durou muito. Marcelo tinha na própria equipe o que precisava.

O servidor Paulo Sergio Herval Silva Junior, analista de desenvolvimento web, já havia trabalhado com aplicativos e não apenas colocou seu conhecimento à disposição, mas ofereceu o próprio equipamento para tirar o projeto do papel. "Era o que a gente podia fazer naquele momento. Era a máquina que nós tínhamos disponível. Eu me coloquei à disposição, porque senão a ideia não teria como sair do papel", afirma Paulo.

No tempo recorde de três meses, o Agora é Lei no Paraná entrou em funcionamento sem qualquer custo extra para o Poder Legislativo. "A primeira parte de sucesso foi o fator humano. Você ter o conhecimento dentro da Casa e a boa disposição de resolver problemas", ressalta Marcelo. Outro fator importante foi o apoio do Pro-

Jornalista Rossano Ribas; diretora de Comunicação, Kátia Chagas; e designers Vinicius Leme e Leonardo Cunha.

© Pedro de Oliveira/Alep

con-PR, que distribuiu para todo o Estado o material informativo produzido pela Assembleia Legislativa sobre a nova ferramenta.

Segundo Kátia Chagas, a experiência com o Agora é Lei no Paraná comprovou ser perfeitamente viável envolver os servidores num projeto ousado e ter ótimos resultados, gerando inclusive economia para os cofres públicos. "O aplicativo é um produto 100% nosso que poderá ser constantemente atualizado e ampliado, com a inclusão de novas leis", prevê. "Com o celular na mão, o consumidor pode fazer valer seus direitos em hospitais, lojas, supermercados, restaurantes, bancos e escolas. É gratificante constatar que está sendo útil para a população", afirmou a diretora.

RECONHECIMENTO

A iniciativa inovadora foi reconhecida nacionalmente com a Menção Honrosa do "Prêmio e-Gov", do Ministério do Planejamento e da Associação Brasileira de Entidades de Tecnologia da Informação e Comunicação. A premiação sobre o uso de tecnologias em projetos de governo é a mais importante do país. "Esse processo de modernização que estamos implementando nos últimos quatro anos no Legislativo não seria possível sem o apoio dos servidores. Esse aplicativo faz parte de um amplo processo de reestruturação da Comunicação da Assembleia para aproximar o Legislativo das pessoas e aumentar a transparência da Casa", explicou o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Ademar Traiano.

FOCO NA FUNCIONALIDADE

Criado para atender todo tipo de público, o aplicativo **Agora é Lei no Paraná** tem como principal característica a funcionalidade. Por isso, as primeiras leis selecionadas tratam diretamente das relações comerciais. "As leis de Direito do Consumidor são mais palpáveis, estão no dia a dia da população. Nossa intenção era colocar essas leis na mão do consumidor de maneira simples e fácil", diz Rossano Ribas, assessor da Diretoria de Comunicação.

Cada lei é representada por uma ilustração e basta clicar na imagem para conferir os detalhes. "Nós tivemos que traduzir a lei em uma imagem que não só um adulto, mas também uma criança conseguiria entender", conta Vinicius Leme, um dos responsáveis pelo desenvolvimento do *layout* junto com Leonardo Cunha, que destaca que "a imagem precisava passar o recado por si só".

No aplicativo é possível conferir a íntegra do texto, situações em que o cidadão pode exigir o cumprimento da lei, as penalidades previstas em caso de descumprimento e as formas de denunciar irregularidades. A plataforma também permite pesquisas por tema, palavra-chave ou nome do autor. O aplicativo Agora é Lei no Paraná está disponível nas lojas das plataformas IOS e Android e também pode ser acessado no site da Assembleia Legislativa no ***www.alep.gov.br***

Paraná no Desafio Mundial de Resgate

© Acervo Michele Mamprim Grippa Cavassim

Siate é fruto de parceria entre Estado e Prefeitura de Curitiba; primeiro no Brasil nesse formato

O trabalho dos socorristas, médicos e enfermeiros do Serviço Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergência (Siate) mais uma vez ganhou reconhecimento internacional. A médica Michele Mamprim Grippa Cavassim e o enfermeiro Luiz Marcelo da Silva Gaudêncio estiveram no final de outubro em Cidade do Cabo, na África do Sul. Viajaram esperançosos após vencerem a etapa brasileira; voltaram recompensados com o 11.º lugar entre 24 equipes de 20 países no Desafio Mundial de Resgate, na categoria Trauma.

O orgulho vem acompanhado da humildade de aprendiz: "O aprendizado que essa experiência e a troca de informações nos traz não tem o que mensure", afirma Michele. Reforçada por Gaudêncio: "O que importa são as mudanças que produz, pois a gente vê vários profissionais aplicando as técnicas, ouvimos avaliação sobre nosso trabalho e aprendemos aquilo que existe de melhor." Ainda que os equipamentos utilizados no Brasil não sejam os mais modernos, a agilidade no atendimento é realçada.

O destaque à dupla paranaense não é novidade. Em 2016, ficaram na 9.ª colocação no mundial disputado em Curitiba. No ano seguinte, lideraram o certame brasileiro e foram 8.º lugar no mundial da Romênia. "Em outros países, eles têm mais tempo para treinar. Nós nem sempre atuamos em dupla no dia

a dia. Por isso, consideramos que estivemos muito bem", salienta o enfermeiro.

ESCOLHA PROFISSIONAL

Gaudêncio graduou-se em 2003 e ingressou no serviço público dois anos depois como enfermeiro da Secretaria de Estado da Saúde, destacado para a Unidade de Suporte Avançado de Vida, em Ponta Grossa. Transferido para Curitiba, passou a atuar também no atendimento aéreo e na Operação Verão. O convite para ingressar no Siate veio em 2014. "Desde a faculdade aprendi a gostar do atendimento em urgência e emergência, fiz cursos e especializações", diz. Atualmente, trabalha também no Hospital Municipal de Guaratuba.

Michele definiu o que queria como médica durante sua segunda residência – ela é especialista em cirurgia geral e cirurgia plástica. "Estava no Hospital Cajuru, via os médicos do Siate chegando a toda hora e decidi: 'também quero fazer o pré-hospitalar'", conta. Na busca de informações, soube da parceria entre a Secretaria de Estado da Segurança Pública e a Prefeitura de Curitiba. Prestou concurso municipal e, em 2010, quando encerrava a residência, foi chamada e lotada no Siate.

"Não há rotina, todo dia é um desafio; se o médico é acionado sabemos que a situação é grave", afirma. "O atendimento precisa ser técnico, ágil, sem envolver emoção, sobretudo quando há criança." Nessas horas, o trabalho em equipe ajuda muito. Ou o apoio isolado. "Boa sorte", deseja Michele a Luiz Marcelo, alertado por uma sirene (o som é diferente para cada uma das especialidades envolvidas no trabalho de resgate) quando participava desta entrevista. Ele sai imediatamente. Somente no dia seguinte conclui a conversa.

PARCERIA

O Siate de Curitiba foi implantado em 1990, por meio de parceria dos governos estadual e municipal, tornando-se o primeiro nesse formato no País. No caso específico de atendimento pré-hospitalar, quando qualquer telefonista da Central de Operações do Corpo de Bombeiros – o Siate é um serviço dessa corporação –, recebe uma solicitação, repassa imediatamente ao médico coordenador, que é responsável pela triagem do caso. A partir dessa análise, há mobilização do pessoal necessário para o atendimento.

"Para nós, a participação no Desafio representa um crescimento pessoal, mas também uma oportunidade de mostrar internacionalmente o nosso serviço. É bom dizer que somos do Brasil e temos um serviço de excelência", ressalta Michele. "O Siate tem um serviço que faz a diferença, apresenta resposta rápida", completa Luiz Marcelo.

© Acervo Michele Mamprim Grippa Cavassim

DESAFIO

O World Rescue Challenge (Desafio Mundial de Resgate) é uma competição anual que reúne equipes de diversos países para testar as habilidades em ambiente simulado de atendimento pré-hospitalar.
Ele é promovido internacionalmente pela Organização Não Governamental World Rescue Organisation (WRO), sediada na Irlanda e representada no Brasil pela Associação Brasileira de Resgate e Salvamento (ABRES).

"Para nós, a participação no Desafio representa um crescimento pessoal, mas também uma oportunidade de mostrar internacionalmente o nosso serviço. É bom dizer que somos do Brasil e temos um serviço de excelência."

© Hedeson Alves/Seed

TECNOLOGIAS TRANSFORMADORAS

Programa Conectados levou câmeras, projetores multimídias, sistema de som e internet para dentro das salas de aula do Colégio Yvone Pimentel, de Curitiba

O uso de ambientes e ferramentas virtuais para atividades interativas, aplicação e correção de avaliações, registro de frequência e da hora atividade *online* transformaram as metodologias de ensino e aprendizagem do Colégio Estadual Yvone Pimentel, de Curitiba. A mudança iniciou-se em 2015 com a adesão da escola ao programa Conectados, da Secretaria de Estado da Educação, e parcerias com a comunidade e entidades privadas.

Cada um dos cerca de 1.470 alunos do ensino Fundamental e Médio, do Centro de Línguas Estrangeiras Modernas (Celem) e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) participa de atividades individuais ou em grupo, na escola ou em casa, por meio de um ambiente virtual, no qual os professores elaboram e disponibilizam os conteúdos do currículo escolar. O acesso é individual e feito por meio de uma conta no @escola, um e-mail exclusivo para professores, alunos e funcionários da rede estadual de ensino.

"Falar em educação sem tecnologia é praticamente impossível, porque nossos estudantes estão inseridos em um mundo tecnológico. Por isso a escola oferece a eles e aos professores todas as ferramentas necessárias para o uso dessas tecnologias, de maneira que agregue conhecimento e torne as aulas mais atrativas e dinâmicas", afirma a diretora Adriana Kampa.

Com esses recursos os professores não precisam levar as provas para corrigir em casa, já que a plataforma faz isso instantaneamente após o término do exame, e nem o aluno esperar pelo resultado. "As aulas ficam mais atrativas. Os estudantes começam a entender que os recursos tecnológicos não são apenas para as redes sociais e jogos, mas que é possível aprender por meio dessas tecnologias. Isso reflete no rendimento, porque aprendem mais associando as imagens com os conteúdos trabalhados pelos professores", disse Kampa.

ACOMPANHAMENTO

O colégio também possui catracas com biometria que registram a entrada e a saída dos alunos. As informações são enviadas simultaneamente ao *smartphone* dos pais por meio de um aplicativo adquirido pela Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF). Além do monitoramento do acesso, os pais podem acompanhar a frequência, notas e calendário escolar por meio do aplicativo Escola Paraná, desenvolvido pela Secretaria da Educação.

A frequência dos estudantes é feita *online* pelos professores no Registro de Classe Online (RCO), por meio do telefone, tablet ou computador. Todas as 16 salas de aula contam com rede de wifi, sistemas de som, projetores multimídia conectados à internet e câmeras de monitoramento.

A escola possui ainda dois laboratórios de informática com netbooks (laboratório móvel), tablets e computadores de mesa, além de uma sala multimídia com lousa digital. Os equipamentos trouxeram mais praticidade para os professores, que podem utilizá-los sem precisar se deslocar de uma sala para outra.

O estudante do 8.° ano do Ensino Fundamental, Ruan Nicolas Vieira dos Santos, de 13 anos, sentiu a diferença no aprendizado. "Eu particularmente consigo lembrar melhor dos conteúdos quando o professor trabalha com esses recursos porque ele fala e mostra ao mesmo tempo e isso ajuda a fixar o conteúdo", disse.

CONECTADOS

O colégio foi um dos primeiros a utilizar novas tecnologias no ambiente escolar por meio do programa Conectados, da Secretaria Estadual da Educação. Para desenvolver o programa, a pasta realizou uma consulta técnica com as escolas e avaliou critérios como visão, competência, conteúdos, recursos digitais e infraestrutura.

Para executar as atividades, a Secretaria da Educação disponibilizou às escolas inseridas no programa kits com câmera fotográfica, gravador de áudio, notebooks, laptop, impressora 3D, roteadores, equipamentos para rede sem fio e projetores multimídias.

O Colégio Yvone Pimentel optou pelo kit com projetores, tablets e netbooks que possibilitam aos professores desenvolverem as atividades nos computadores e compartilharem em sala de aula ou nos laboratórios conectados à internet ou *offline*. "Entendemos que a tecnologia pode facilitar o aprendizado e a melhoria da prática em sala de aula por meio da criação, uso e organização de processos e recursos tecnológicos", destacou o chefe do Departamento de Políticas e Tecnologias Educacionais da Secretaria da Educação, Eziquiel Menta.

As atividades desenvolvidas pela escola podem ser acompanhadas por um blog em que os alunos relatam, periodicamente, as novidades tecnológicas.

> Os estudantes começam a entender que os recursos tecnológicos não são apenas para as redes sociais e jogos, mas que é possível aprender por meio dessas tecnologias.

Diretora Adriana Kampa: "A escola oferece todas as ferramentas para uso das tecnologias".

© Hedeson Alves/Seed

© Evandro Fadel/Seap

Inovação e tecnologia no Vale do Pinhão

Parceria entre vários setores conduziu Curitiba ao título de cidade mais inteligente e conectada do Brasil

Curitiba é a cidade mais inteligente e conectada do País. O resultado do Ranking Connected Smart Cities 2018, desenvolvido pela Urban Systems e pela empresa Sator, foi divulgado no início de setembro. Para medir a "inteligência" da cidade em seu nível de conectividade, levou-se em conta o potencial de desenvolvimento em diversas áreas como mobilidade, urbanismo, segurança, inovação e educação.

Mas o primeiro lugar não chegou sem trabalho. Ele carrega muito do programa Vale do Pinhão, um movimento que une na mesma rede poder público, universidades, incubadoras, entidades de fomento, empresas e terceiro setor. "A inovação e os processos de mudança tecnológica têm sido a principal força motora para o desenvolvimento econômico sustentável, com aumento da produtividade, da renda, da geração de empregos e da competitividade internacional", diz a presidente da Agência Curitiba de Desenvolvimento, Cris Alessi.

A Agência, ligada à prefeitura de Curitiba, é a catalisadora dos esforços e tem no Vale do Pinhão uma trilha a seguir. Como parte da iniciativa, o prefeito Rafael Greca retomou

este ano o Curitiba Tecnoparque, um programa de atração de empresas de base tecnológica. Por meio dele, há redução de 5% para 2% na alíquota do Imposto Sobre Serviços (ISS) para empresas que investem em tecnologia e inovação. "Quando uma empresa inova, ela não se destaca apenas no mercado em que atua, mas impacta também a sociedade a sua volta", pondera Cris.

O Bom Negócio, que oferece qualificação para micro e pequenos empreendedores, foi reformado e ganhou sobrenome: Bom Negócio – Vale do Pinhão. Em dezembro, aproximadamente 200 pessoas receberão os primeiros certificados dessa nova fase. Eles saem carregados de informações em relação ao empreendedorismo voltado à economia criativa. Ainda na linha de incentivo ao protagonismo empresarial, o Prêmio Mulher Empreendedora já prepara a edição 2019.

ESPAÇOS PÚBLICOS

Apesar de alguns atos desse novo jeito de pensar Curitiba serem recentes, bons frutos já são colhidos. Das 100 *startups* (empresas de alto impacto tecnológico) mais atraentes para o mercado brasileiro em 2018, dez são da capital paranaense. Elas foram escolhidas entre 4,6 mil que se inscreveram. O ranking, divulgado em julho, é elaborado pelo Movimento 100 Open Startups, que envolve grandes empresas e fundos de investimento.

Com a intenção de dar um novo significado à cidade, a Agência Curitiba tem estimulado também o empreendedorismo voltado à "internet das coisas", um conceito internacional que busca a conexão em rede de objetos com tecnologia embarcada. Isso envolve, por exemplo, o desenvolvimento de uma rede urbana de wifi, controle eletrônico do transporte público e lâmpadas públicas inteligentes.

© Evandro Fadel/Seap

Tão fundamental quanto fomentar o desenvolvimento econômico e tecnológico, tendo a inovação como foco e a sustentabilidade como princípio, é investir em educação empreendedora. Os Espaços Empreendedores são um ambiente para orientação, capacitação, assessoria e consultoria a microempreendedores individuais (MEI). Tudo gratuito e em parceria com o Sebrae/PR.

Com o mesmo objetivo de ajudar empresários a dar vazão à criatividade, o Parque Barigui reserva um espaço para *startups*. Trata-se do Worktiba Barigui, um *coworking* (ambiente compartilhado de trabalho) que se tornou referência para diversos municípios brasileiros. E outros virão. O próximo será no Cine Passeio, no centro da cidade.

O antigo armazém de pólvora no Bairro Prado Velho, hoje transformado no Teatro Paiol, também passou a fazer parte da estratégia curitibana de incentivo à criatividade e de articulação dos ecossistemas de inovação, visando ao desenvolvimento tecnológico e humano. Com sua arquitetura em formato de arena acolhe pouco mais de 200 pessoas e garante ambiente aconchegante e intimista para palestrantes e público do Paiol Digital, um evento periódico que somente este ano já reuniu cerca de 7 mil interessados.

> **Quando uma empresa inova, ela não se destaca apenas no mercado em que atua, mas impacta também a sociedade a sua volta.**

O Moinho Rebouças, construído em 1930 para produção de farinha de trigo e derivados, e destruído por incêndio em 1942, ressuscitou em 2002 sob as mãos do poder público, com o objetivo de se tornar o coração do bairro impulsionando a vida cultural, lazer e negócios. Hoje é conhecido como Engenho da Inovação, servindo de sede para a Fundação Cultural de Curitiba e Agência Curitiba. "Todos os espaços e produtos oferecidos pela cidade estão à disposição de qualquer pessoa que queira ser um empreendedor criativo. É só chegar", convida Cris Alessi.

© Evandro Fadel/Seap

Atualização cadastral *de imóveis*

Sistema Gestão de Patrimônio Imobiliário (GPI) facilita o planejamento e controle dos bens imóveis do Estado

Aproximadamente 5 mil imóveis do patrimônio do Estado tiveram as informações cadastrais atualizadas eletronicamente, o que vai impactar na eficiência da gestão pública dos bens. Durante mais de seis décadas, todos os dados dos imóveis públicos estaduais adormeceram em velhos fichários e pastas suspensas, com documentação incompleta ou desatualizada, dificultando em muito a gestão. Agregado a isso, havia a ocupação irregular por terceiros – realidade difícil de mensurar e coibir – e a impossibilidade de quantificar corretamente a totalidade de bens imóveis do Estado.

Nesse cenário, a Coordenadoria do Patrimônio do Estado (CPE), unidade da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, encontrava dificuldades para saber da disponibilidade de um imóvel quando um órgão solicitava um local onde pudesse prestar seus serviços. Por isso, em 2006, a CPE iniciou tratativas com a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (Celepar) para a adoção de um sistema capaz de responder às expectativas. Foram avaliados programas de outros Estados, mas prevaleceu a opção por desenvolver um sistema próprio.

Por quatro anos, a Celepar, em colaboração com a CPE, envolveu-se na tarefa de entregar uma ferramenta que atendesse os objetivos. Em 2010, o sistema Gestão de Patrimônio Imobiliário (GPI) foi entregue para testes. Dois anos depois, pelo Decreto 5279, o sistema foi oficialmente adotado para a gestão dos bens imóveis do Estado. A partir daí, vem sendo sistematicamente atualizado com a implantação de melhorias e novas funcionalidades.

PROJETO PILOTO

Enquanto o desenvolvimento do GPI estava em curso, a Coordenadoria do Patrimônio elaborou um projeto piloto para a atualização do cadastro imobiliário do Estado, com vistorias *in loco*. Os serviços, considerados imprescindíveis para abastecer o sistema com informações confiáveis, foram contratados com recursos do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal (Pnage).

Assim, procedeu a atualização cadastral de cerca de 1300 imóveis em Curitiba e Região Metropolitana, Litoral, Londrina e cidades próximas, atingindo 66 municípios paranaenses. "O GPI permitiu atualizar a situação desses bens, em arquivos individuais e digitalizados, contendo documentos, informações, localização, plantas, croquis, fotos e demais detalhes", explica a coordenadora da CPE, Marta Cristina Guizelini.

BANCO MUNDIAL

Com a experiência obtida no acompanhamento do projeto piloto, na execução do trabalho e na avaliação dos resultados, a CPE elaborou um termo de referência para a contratação de serviços

> **É possível saber rapidamente se está desocupado, quem usava, as condições, a situação cartorial e outros pormenores.**

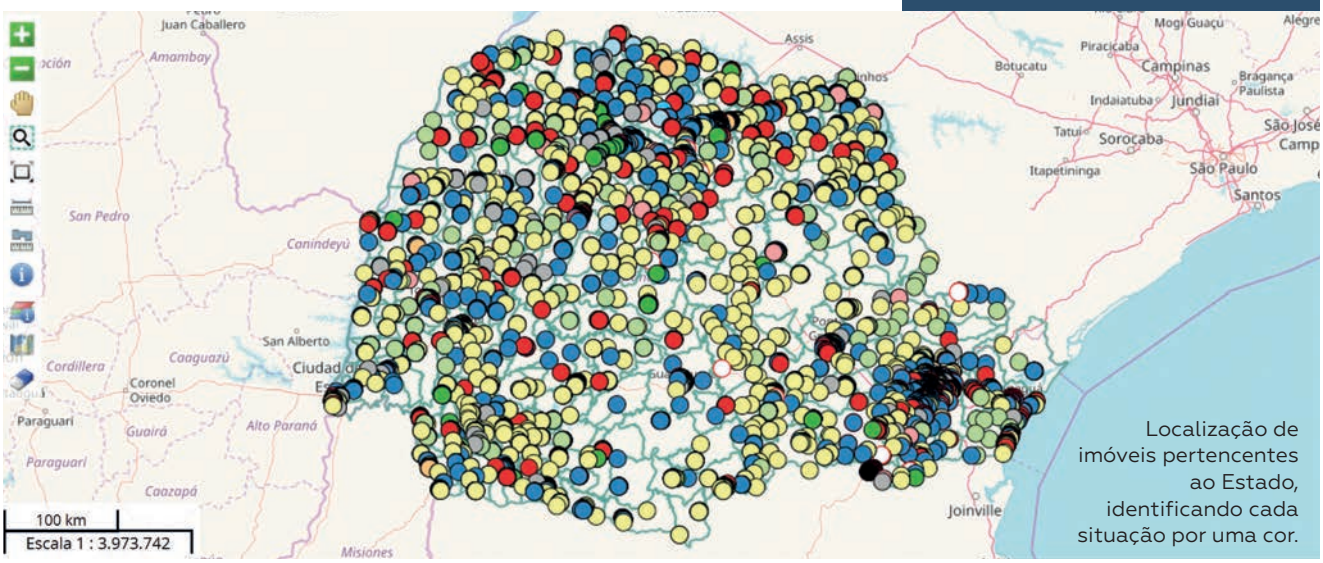
que envolvem ações de profissionais de diversas áreas.

Em 2016, com a assinatura do contrato SEPL 004, em projeto do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) – uma das instituições que integram o Banco Mundial –, a empresa especializada Hiparc Geotecnologia assumiu a atualização dos cadastros, atendendo à legislação vigente e às novas normas da contabilidade pública.

"A princípio, foram contratados três mil imóveis; depois, foi feito um aditivo para mais 660 e, recentemente, mais um de 377", conta Marta. Ela destaca que, agora, é possível saber rapidamente se o imóvel está desocupado, quem usava, quais as condições da edificação, a situação cartorial, a localização e outros pormenores. "Isso facilita as tomadas de decisão no que concerne ao planejamento e controle das necessidades de imóveis no Estado, e às questões relacionadas à doação, alienação, cessão, locação, usucapião e ocupação ilegal, entre outras", observa.

O QUE O SISTEMA DIGITAL GPI ACRESCENTA:

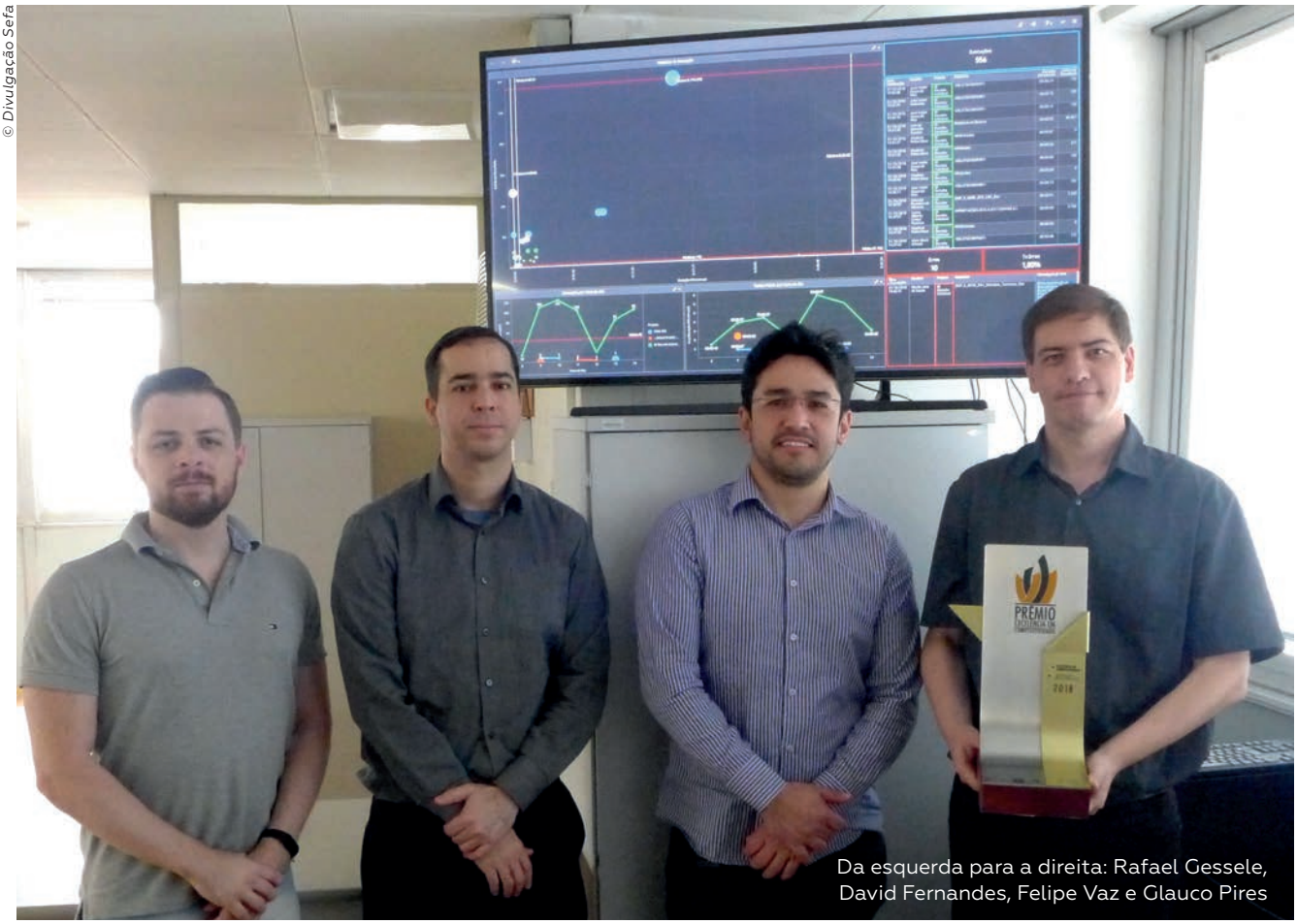
- Segurança na preservação da documentação original
- Agilidade e precisão na localização e consulta de documentos
- Redução do tempo de processamento e manuseio de papéis
- Ganhos com a eficiência operacional
- Acesso multiusuário a qualquer documento



Localização de imóveis pertencentes ao Estado, identificando cada situação por uma cor.

© Divulgação

© Divulgação Sefa



Da esquerda para a direita: Rafael Gessele, David Fernandes, Felipe Vaz e Glauco Pires

Voando com a Phoenix

Projeto da Receita Estadual do Paraná recebe prêmio com destaque em Boas Práticas

Em setembro, um projeto realizado por uma equipe especial da Receita Estadual do Paraná foi um dos vencedores do Prêmio Excelência em Competitividade 2018 – Destaque Boas Práticas, organizado pelo Centro de Liderança Pública (CLP), referência nacional em programas de fomento e cursos de formação voltados à administração.

Conhecido internamente como Phoenix, o projeto paranaense de análise de dados fiscais buscou nas tecnologias de ponta uma ferramenta capaz de fazer frente ao massivo volume de informações averiguadas pela Receita Estadual. A nova plataforma auxilia os auditores na identificação de fraudes e irregularidades, trazendo mais eficiência à fiscalização e impactando na arrecadação de tributos. Cabe observar que no Paraná são 330 milhões de documentos fiscais recebidos por mês – terceiro maior volume no país.

Desenvolvido pelos auditores Glauco Oscar Ferraro Pires, David Fernandes, Felipe Vaz e Rafael Gessele, da Assessoria e Gerência do Ambiente Analítico da Receita Estadual do Paraná, o projeto deu agilidade ao processo das auditorias e fiscalizações. Além disso, viabilizou a implantação de programas de alto retorno financeiro para o Estado, como o Autorregularização e o Devedores Contumazes, que possibilitam ao contribuinte sanar inconsistências e regularizar sua situação.

"O Phoenix começou a ser desenvolvido em 2011, num contexto em que todas as informações de documentos e escrituração fiscais estavam saindo do papel e migrando para o formato digital. Então, precisávamos buscar uma solução o quanto antes ou o fisco pararia, não teríamos condições de trabalhar", afirma Pires. "De 2012 a 2016, o projeto de aquisição e implantação dessa tecnologia foi passando por etapas, sedimentando-se até atingir o estágio de democratização do acesso de dados, no qual mesmo auditores com pouco conhecimento em informática poderiam acessar as informações, de forma simples e rápida".

Para citar um exemplo da agilidade que a nova ferramenta oferece, ele cita a elaboração do Boletim de Arrecadação – relatório gerencial produzido para gestores da Receita Estadual. "Antes o boletim era mensal e levava cinco dias para ser preparado. Hoje, é diário e atualizado automaticamente", observa.

Outro ponto importante foi a visibilidade que o Phoenix alcançou ainda no período em que estava sendo lapidado. Pires conta que a equipe recebeu convites para ministrar palestras em importantes eventos internacionais – Nashville, Moscou, Sevilha e Londres – e, inclusive, o projeto ganhou publicações em revistas especializadas no Japão, Rússia e Estados Unidos, além de ser citado em revista oficial da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), como boa prática de tecnologias para administrações tributárias.

PRÊMIO NACIONAL

Desde a primeira edição, em 2015, o Prêmio Excelência em Competitividade, do CLP, reconhece e incentiva as boas práticas desenvolvidas nas esferas estaduais que beneficiam os cidadãos. Em 2018, foram mais de 90 trabalhos inscritos, oriundos de todo o Brasil. Segundo o regulamento, dos projetos participantes são escolhidos seis finalistas, mas apenas três são contemplados com o prêmio.

A banca examinadora tem reputação de ser bastante rigorosa e, na seleção dos vencedores, leva em conta critérios como inovação, potencial, competitividade, possibilidade de replicação em outras localidades e resultados dos projetos. "Depois do Phoenix, soubemos que alguns Estados já estão adquirindo essa tecnologia que foi utilizada, de forma pioneira, pelo Paraná", comemora Pires.

A cerimônia de premiação aconteceu em São Paulo, com a presença de governadores de vários Estados e outras autoridades.

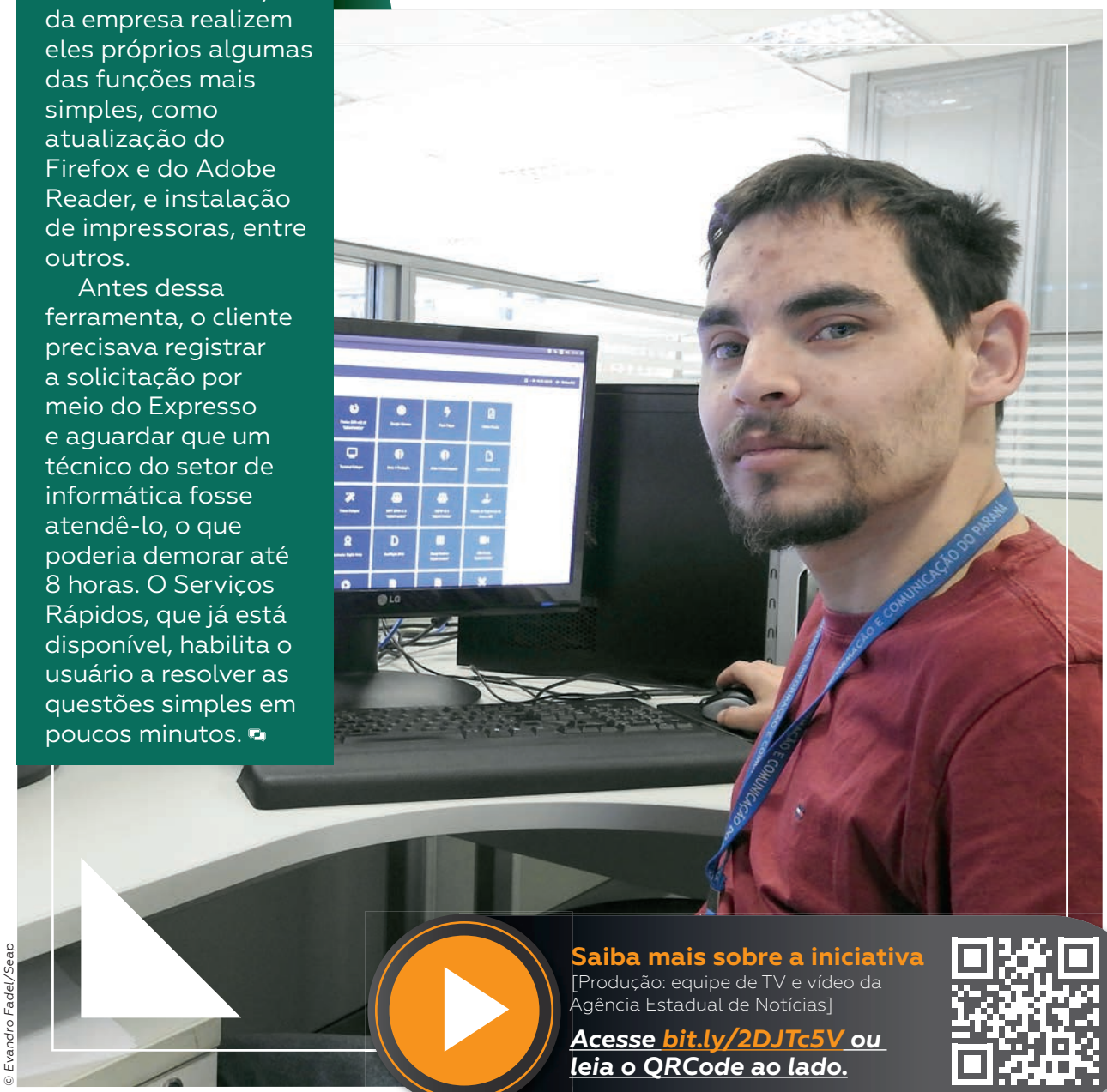
© Divulgação Sefa

Solução para *serviços rápidos*

Ferramenta desenvolvida por técnico da Celepar possibilita que usuários realizem em poucos minutos tarefas que poderiam demorar até 8 horas

Uma plataforma desenvolvida pelo servidor da Companhia de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado do Paraná (Celepar) Gabriel Vialich *(foto)* possibilita que usuários dos serviços da empresa realizem eles próprios algumas das funções mais simples, como atualização do Firefox e do Adobe Reader, e instalação de impressoras, entre outros.

Antes dessa ferramenta, o cliente precisava registrar a solicitação por meio do Expresso e aguardar que um técnico do setor de informática fosse atendê-lo, o que poderia demorar até 8 horas. O Serviços Rápidos, que já está disponível, habilita o usuário a resolver as questões simples em poucos minutos.



© Evandro Fadel/Seap

Saiba mais sobre a iniciativa
[Produção: equipe de TV e vídeo da Agência Estadual de Notícias]

Acesse bit.ly/2DJTc5V ou leia o QRCode ao lado.

OBSERVATÓRIO
DE INOVAÇÃO
EM GESTÃO PÚBLICA | PR

ESCOLA DE
GESTÃO
VOCÊ aprende,
o PARANÁ
se transforma.

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO